

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Lucas Bordin Teles

**BRASIL E CUBA:**  
A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E A REVOLUÇÃO DE FIDEL

**Brasília - DF**

**2023**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Lucas Bordin Teles

**BRASIL E CUBA:**  
A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E A REVOLUÇÃO DE FIDEL

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História, sob a orientação da Profa. Dra. Albene Miriam Menezes Klemi.

**Brasília - DF**

**2023**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Lucas Bordin Teles

### **BRASIL E CUBA:**

### **A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E A REVOLUÇÃO DE FIDEL**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História, pela seguinte banca:

---

Profª. Dra. Albene Miriam Menezes Klemi

Orientadora

Universidade de Brasília

---

Profª. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita

Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Martin-León-Jacques Ibañez de Novion

Universidade de Brasília

*Dedico este trabalho a Pedro Aurélio Bispo Santos Vilassa (in memoriam), amigo com quem o destino foi injusto.*

## **Agradecimentos**

Agradeço, em primeiro lugar, à família, em especial a meus pais, Cristiane e Luciano, e a meu irmão, Caio.

Agradeço à vó Olga, nome de toda saudade.

Agradeço aos amigos *de-começo-ao-fim*, Ana, Gabriella, Josué e Matheus, e mais todos que fiz pelo caminho na UnB.

Agradeço à minha orientadora, Albene Miriam Menezes Klemi, a quem admiro, além do enorme saber, a extraordinária sensibilidade para com as pessoas.

Agradeço à madrinha, Fabiana Fernandes, que se dispôs a anotar os erros de português que escapavam em meu texto.

Agradeço à professora Dra. Maria Auxiliadora César e ao professor Dr. Martín-León-Jacques Ibañez de Novion, da equipe do Núcleo de Estudos de Cuba/NESCUBA. Este trabalho beneficiou-se de entrevistas realizadas com eles, que generosamente repassaram valiosas informações e sugestões bibliográficas. A eles, meu muito obrigado.

Agradeço, por fim, aos trabalhadores para além da esfera acadêmica que possibilitaram meu estudo, seja do setor dos transportes, da limpeza, de alimentação etc. Sem eles, as realizações na universidade também não seriam possíveis.

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo investigar a Política Externa Independente brasileira (PEI) nos seus entrelaçamentos com a Revolução de Cuba liderada por Fidel Castro. Objetiva-se analisar aspectos dos desafios enfrentados pelo Brasil no contexto da emergência da Revolução Cubana (1959) e seus significados para a América Latina nos anos subsequentes. A abordagem do tema concentra-se no período de vigência da PEI (1961-1964), implementada nos governos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart. Procura-se responder à pergunta: Qual o posicionamento central da PEI em relação à questão cubana? Aspira-se, também, examinar o panorama das relações Brasil-Cuba. Nesse sentido disserta-se brevemente sobre as origens da PEI, sua formulação, seus propósitos, posicionamentos, repercussões e consequências práticas, tanto no contexto interno quanto externo – particularmente ao que reporta à Cuba sob a liderança de Fidel. Igualmente, discorre-se sobre a figura do líder e configurações da revolução por ele comandada. Embasa a linha de argumentação do tratamento do tema uma pesquisa de natureza qualitativa envolvendo um levantamento bibliográfico, de fonte de imprensa (realizada no site da Biblioteca Nacional Digital/BNDigital) e documental (ocorrida no Arquivo Central do Itamaraty, em Brasília/DF). O trabalho conclui que a tese central da PEI em relação à Cuba de Fidel foi o equacionamento da questão cubana mediante sua neutralização. Esta proposição foi, porém, simplesmente ignorada pelos polos antagônicos da Guerra Fria.

**Palavras-chave:** Guerra Fria; Política Externa Independente; Revolução cubana; Neutralidade de Cuba.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo I – A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E OS CONTEXTOS INTERNO E DA GUERRA FRIA – algumas considerações</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo II – A REVOLUÇÃO CUBANA DE 1959 E AS TENSÕES DA GUERRA FRIA NA AMÉRICA – alguns significados</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo III – A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E A REVOLUÇÃO CUBANA – entre condecoração a Che e condenação do comunismo cubano</b>	<b>34</b>
<b>Capítulo IV – CUBA DE FIDEL E BRASIL DA PEI FRENTE À ORDEM BIPOLAR – uma leitura a partir de documentação do ACMRE</b>	<b>49</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>58</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

Por breve período, no século XX, o Brasil adotou postura ativa na política externa quando a América Latina fervia. A revolução cubana de 1959, que abriu história na região abatendo um governo antipopular, seria um perigo na consciência de demais latino-americanos. O sistema inventado nas *sierras* de Cuba receitava indignação contra o olhar de-cima-para-baixo dos Estados Unidos, à sua pose de metrópole frente aos governos que esse país chantageava ou implantava na América Latina. Com a revolução, Cuba racha o palco das relações interamericanas, havendo então os que se opõem ao agito político de Havana e os que se preocupam mais em barrar intromissão estadunidense. Manifesta-se o Brasil pela não-interferência, marcando sempre que Cuba governa-se como quer, sem que isso valha embargo de qualquer tipo. Argumenta que o marxismo-leninismo da ilha é contrário aos princípios latino-americanos, mas reafirma o respeito. O caso complica quando a revolução faz onda em outras nações, insinuando transbordar aos vizinhos via grupos rebeldes treinados em Cuba, bem como por pregações de Fidel Castro em favor de mais levantes na América Latina. O Brasil buscará linha do meio ao condenar aventuras do novo poder cubano em pátria alheia e também desmandos estadunidenses contra a soberania dos latino-americanos. Foram os anos da Política Externa Independente.

O presente trabalho almeja investigar de que maneira essa política externa brasileira, que esteve vigente entre 1961 e 1964, durante os governos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, lidou com a revolução cubana e a ação do novo governo revolucionário no contexto latino-americano. Diante do complexo problema representado pela revolução em Cuba no clima da Guerra Fria, especialmente após seu alinhamento ao bloco soviético – simbolizado, em última e dramática instância, pela tentativa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS/União Soviética) de instalar mísseis balísticos na ilha, que é situada, em seu ponto mais próximo, a 140 km de distância do litoral dos Estados Unidos, em retaliação aos mísseis balísticos estadunidenses estacionados na Inglaterra, na Itália e na Turquia – este trabalho questiona qual teria sido o posicionamento da PEI em relação ao que se pode denominar “questão cubana”.

Identificou-se, no âmbito desta pesquisa, a seguinte tese proposta pelos implementadores da PEI, à semelhança do caso da “questão finlandesa”: promover a neutralização de Cuba. Ou seja, perante o dilema da disputa geopolítica entre as potências da Guerra Fria envolvendo a pequena ilha caribenha, irrompendo uma crise que representou o episódio mais próximo de desencadear uma guerra nuclear nas tensas



contendas da bipolarização, em 1962, os formuladores da PEI identificam como solução da questão transformar o país liderado por Fidel Castro em Estado neutro – a ilha poderia promover internamente o socialismo, mas não “exportaria” seus ideais revolucionários para outras paisagens da América Latina, nem se alinharia ao sistema soviético de poder.

Nosso texto procurará explorar, em primeiro lugar, as origens da PEI, bem como as motivações históricas da revolução em Cuba, para então identificar de que maneira essa política externa se posicionou diante do fenômeno revolucionário mencionado, em diversos momentos fundamentais da história da América Latina envolvendo Cuba nesse período, principalmente nos casos da invasão à Baía dos Porcos, da expulsão do governo cubano da Organização dos Estados Americanos, e da Crise dos Mísseis antes referida. Nesse tempo, Fidel Castro foi alvo de atenções por haver-se localizado no centro desses grandes dilemas, razão pela qual figurou também com destaque em nosso trabalho, mas compreendemos que o movimento por ele liderado compôs-se do esforço conjunto de cubanos e cubanas rebeldes.

Para efetivar esta monografia, realizou-se pesquisa de fonte bibliográfica, fonte de imprensa e documental. O levantamento bibliográfico identificou vários autores cujos textos traçam um panorama daquele momento político, em especial nas obras de Moniz Bandeira (2009), que apresenta profunda pesquisa acerca de uma quantidade considerável de episódios históricos, mais do que de grande valia para o presente trabalho, e Tânia Quintaneiro (1988), que deteve olhar nos mesmos temas que este texto quis também fazê-lo, operando como um farol para nosso estudo. A biografia de Fidel Castro escrita pelo jornalista norte-americano Tad Szulc (1987) trouxe luz às ações de um dos personagens principais dessa trama, tendo também grande importância para a compreensão do contexto em análise. Além disso, fizeram-se algumas pesquisas em jornais brasileiros de relevância para a época, como o Correio da Manhã, o Jornal do Brasil e O Estado de São Paulo, também na Revista Brasiliense, fundada por Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Hollanda e outros, e na revista semanal O Cruzeiro. Em maioria, esses periódicos encontram-se digitalizados pela Biblioteca Nacional e disponibilizados na Hemeroteca da BNDigital. Para a identificação do material pertinente usou-se o seguinte filtro: “Fidel Castro”, observando-se publicações de 1953 a 1961.

Além disso, agrega-se ao escopo das fontes os documentos a que tivemos acesso no Arquivo Central do Ministério das Relações Exteriores. A iniciativa de pesquisar neste arquivo foi tardia, e o estudo pôde ser realizado entre 06 e 08 de fevereiro de 2023, já no momento de finalização do trabalho. A riqueza de informações que encontramos em

nossa análise, porém, fez valer a pena um último esforço para incluir nesta monografia aquilo que observamos na documentação consultada, e motivou a escrita de mais um capítulo do trabalho.

A PEI, tema aqui central, foi uma orientação da política externa brasileira iniciada na presidência de Jânio Quadros em 1961, que almejava reafirmar a autonomia do Brasil frente às nações do mundo, ampliar as possibilidades de comércio exterior e evitar alinhamento automático às superpotências da época, União Soviética e Estados Unidos, quando o mundo vivenciava a bipolaridade da Guerra Fria. Quintaneiro (1988) menciona a Operação Pan-Americana, elaborada pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek, como um dos principais antecedentes da PEI. Autores como Roberto Gambini (1977), Gerson Moura (1980), Paulo Vizentini (1994) e Tânia Manzur (2014) apontam a tentativa do governo do presidente Getúlio Vargas de equilibrar as trocas comerciais com Alemanha e Estados Unidos, em rivalidade no comércio com a América Latina na década de 1930, como fonte de inspiração para a PEI. Vizentini (1994) e Manzur (2014) veem os princípios da PEI em esboço já na política externa empreendida pelo Barão do Rio Branco entre 1902 e 1912.

Entretanto, um dos elementos relevantes da PEI, sobretudo para este trabalho, é a circunstância desta ter sido implementada no contexto da Guerra Fria, e pelo ocorrência de eventos cruciais a impactar a América Latina que estiveram ausentes da conjuntura de 1930 ou do tempo de Rio Branco, particularmente pelo fato de ela haver, desde o início, se defrontado com a revolução rebelde em Cuba. Quando a PEI é iniciada, o grupo de revolucionários liderado por Fidel Castro já havia tomado as rédeas do Estado cubano em 1959, pretendendo solucionar os dilemas nacionais que, a partir da independência de Cuba em relação à Espanha, como explicam Ayerbe (2004) e Bandeira (2009), associavam-se à notável sujeição da economia cubana para com os Estados Unidos, e ao poder de determinar os rumos da política da ilha caribenha que o grande irmão do norte conservava. Livrar-se das amarras dos EUA, vinculando-se, se necessário, ao bloco rival, o dos soviéticos, é o que fará Fidel Castro no governo de Cuba, conturbando o cenário latino-americano, e oferecendo desafios para a política externa brasileira que, provando-se independente, não se alinhará em automático com Washington, mas buscará soluções próprias, que nem sempre encontrarão a melhor acolhida na conjuntura interamericana da época.

O presente trabalho ampara-se, em primeira linha, nas argumentações dos autores mencionados e aborda o tema em foco da seguinte maneira: o primeiro capítulo dedicar-

se-á a estudar o surgimento da PEI e o contexto em que essa política externa esteve envolvida. No segundo capítulo, falaremos da história da revolução cubana, os impactos provocados na América Latina e as tensões emergentes deste contexto. O terceiro capítulo discutirá com maior atenção a maneira como a PEI, até o ano de 1964, esteve atuante no cenário latino-americano surpreendido pelas ocorrências em Cuba. O quarto e último capítulo descreverá as relações Brasil-Cuba e o olhar da política externa brasileira para os grandes acontecimentos resultantes da revolução de Fidel a partir das informações dos documentos manuseados no âmbito da pesquisa realizada no Arquivo Central do Ministério das Relações Exteriores.

## Capítulo I – A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E OS CONTEXTOS INTERNO E DA GUERRA FRIA – algumas considerações

A Política Externa Independente, como ficou conhecida a política externa dos governos Jânio Quadros<sup>1</sup> e João Goulart<sup>2</sup>, emergiu no contexto internacional da Guerra Fria, quando as nações do mundo passaram a se localizar política, econômica e militarmente entre duas “placas tectônicas”, a do capitalismo, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), e a do socialismo, com cabeça na União Soviética (URSS). No entanto, as origens da PEI podem ser traçadas mais atrás na história brasileira. De acordo com Gerson Moura (1980), no final de 1934, o Brasil negociava simultaneamente com o governo americano, para elaborar um tratado livre-cambista, e com o governo alemão, com chamativas propostas de comércio compensado<sup>3</sup>. Este jogo, o de não se filiar de partida a qualquer lado, de modo a garantir melhores oportunidades comerciais, foi característica marcante da PEI, mas já se revelara no comércio exterior do país, portanto, décadas antes da política com este nome surgir.

---

<sup>1</sup> Jânio da Silva Quadros nasceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 25 de janeiro de 1917. Bacharelando-se em 1939 pela Faculdade de Direito de São Paulo, inicia carreira política no mesmo estado como vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em 1948, tornando-se deputado estadual em 1951, prefeito de São Paulo em 1953 pelo PDC e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e governador do estado em 1955. Elegeram-se deputado federal do estado do Paraná pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1958. Foi eleito presidente da República em 1960, tomando posse em 31 de janeiro de 1961, sendo o primeiro presidente a fazê-lo em Brasília. Renunciou ao cargo sete meses depois. Após o golpe militar de 1964, seus direitos políticos foram cassados por dez anos. Em 1985 foi prefeito de São Paulo pelo PTB. Faleceu em 16 de fevereiro de 1992. (BIOGRAFIA, **Arquivo Nacional - Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República**. Disponível em: <[http://www.an.gov.br/crapp\\_site/presidente.asp?rqID=23](http://www.an.gov.br/crapp_site/presidente.asp?rqID=23)>. Acesso em: 30/01/23)

<sup>2</sup> Nascido em 1º de março de 1919 em São Borja, no Rio Grande do Sul, João Belchior Marques Goulart foi campeão gaúcho juvenil de futebol como zagueiro do Internacional, em 1932. Ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre - RS, onde formou-se advogado em 1939. Iniciou carreira política no PTB, fundando esta agremiação em São Borja, em 1946. Elegeram-se deputado estadual e federal, e, em 1953, torna-se ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no governo de Getúlio Vargas. Vice-presidente da República no governo de Juscelino Kubitschek, organizou a 1ª Conferência Nacional do Trabalho, em 1958. Em 1960 reelegeu-se vice-presidente, e foi empossado na presidência da República em 7 de setembro de 1961, após renúncia do presidente Jânio Quadros. Foi deposto pelo golpe militar de 1964, e exilou-se no Uruguai. Faleceu em exílio, no município argentino de Mercedes em 6 de dezembro de 1976. (BIOGRAFIA, **Arquivo Nacional - Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República**. Disponível em: <[http://www.an.gov.br/crapp\\_site/presidente.asp?rqID=8](http://www.an.gov.br/crapp_site/presidente.asp?rqID=8)>. Acesso em: 30/01/23)

<sup>3</sup> O comércio compensado era uma alternativa para os países cuja economia carecia de meios de pagamento para o comércio internacional: “[...] ao vender café para a Alemanha o Brasil recebe em pagamento produtos alemães, não entrando na transação dinheiro algum: quando a Alemanha compra café, o *Reichsbank* lança um crédito até que o Banco do Brasil encontre um importador interessado em mercadorias alemãs.” (Gambini, 1977, p. 37).

A estratégia era eficaz em provocar apreensão nos norte-americanos a respeito dos rumos que a economia e a política do Brasil poderiam tomar, como fica demonstrado na revista *Fortune*, no número de maio de 1939:

Cinquenta milhões de dólares emprestados para estabilizar a moeda brasileira custam menos do que um navio de guerra. E seria preciso mais de um para impedir uma aliança política entre o Brasil e a Alemanha. (FORTUNE apud GAMBINI, 1977, p. 38)

Segundo Manzur (2014), nos fundamentos da PEI está o nacional-desenvolvimentismo forjado por Getúlio Vargas<sup>4</sup> a partir de 1930. A autora afirma que “O nacional-desenvolvimentismo pode ser entendido, em uma interpretação livre do pensamento de [Gerson] Moura, como a busca do desenvolvimento interno pela via da política externa” (MANZUR, 2014, p. 172). Compreendemos então que, a partir da ascensão de Vargas ao poder, o Brasil procurou, na sua política externa, contornar o subdesenvolvimento, e as condições de barganha para com os EUA melhoraram na medida em que a potência teve de concorrer com capitais alemães.

Paulo Vizontini (1994) explica que a política externa brasileira, durante os governos de Vargas (1930-1945), buscava obter nos EUA um parceiro para a industrialização nacional, a superação do subdesenvolvimento e da economia agroexportadora. Isto, diz o autor, motivou a diplomacia pendular entre Washington e Berlim, que pretendia recuperar uma “aliança privilegiada” com os EUA. Era a maneira pela qual o país visava obter, ainda que em subordinação, certa “autonomia na dependência”, como caracteriza Moura (1980), de tal forma que sua condição frente à grande potência norte-americana não fosse absoluto impeditivo para o avanço do desenvolvimento.

Gunder Frank (1967) pensou a situação brasileira como implicada num sistema global organizado em metrópoles e satélites. Os EUA, já a metrópole mundial do capitalismo daquele tempo, contavam com satélites internacionais, como São Paulo, deste

---

<sup>4</sup> Nascido em 19 de abril de 1883 em São Borja, no Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas era advogado de formação. Iniciou a vida política em 1909, como deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PPR). Em outubro de 1922 torna-se deputado federal, e em 15 de novembro de 1926 assume a pasta da Fazenda no governo do presidente Washington Luís. Eleito para o cargo de presidente do Rio Grande do Sul, toma posse no dia 25 de janeiro de 1928. Em agosto de 1929, é candidato à presidência da República pela Aliança Liberal, mas é derrotado nas urnas por Júlio Prestes, paulista. Lidera a deposição do ainda presidente Washington Luís, tornando-se chefe do governo provisório iniciado em 3 de novembro de 1930. Em 1934, é eleito presidente da República pela Assembleia Constituinte. Em 1937 inicia o Estado Novo ao anunciar a dissolução do Congresso e outorgar nova Carta. É deposto em 29 de outubro de 1945, elegendando-se senador no ano seguinte pelo Partido Social Democrático (PSD) e presidente da República novamente em 1950 pelo PTB. Suicida-se presidente, em 24 de agosto de 1954. (BIOGRAFIA, **Arquivo Nacional - Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República**. Disponível em: <[http://www.an.gov.br/crapp\\_site/presidente.asp?rqID=7](http://www.an.gov.br/crapp_site/presidente.asp?rqID=7)>. Acesso em: 30/01/23).

ponto de vista uma metrópole capitalista no Brasil. Uma metrópole que é ao mesmo tempo satélite, segundo Gunder Frank (1967), não possui desenvolvimento autônomo, experienciando um “desenvolvimento do subdesenvolvimento”<sup>5</sup>, descrição que podemos aproximar da ideia de “autonomia na dependência” de Moura (1980), no sentido de que ambas enfatizam como o desenvolvimento brasileiro se deu em terreno limitado e em posição subordinada aos EUA.

Vizentini (1994) relata que após a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial (2ª GM) ao lado dos Aliados, havia a expectativa de que os norte-americanos apoiassem substancialmente o desenvolvimento econômico brasileiro, o que não ocorreu. O governo Dutra, pós-Estado Novo, alinhou-se com os EUA sem retorno relevante, e a posterior eleição de Vargas trouxe de volta uma diplomacia negociadora. Getúlio enfrentou, no entanto, um contexto com pouco espaço de manobra, pois o Japão e a Europa ocidental ainda se recuperavam da 2ª GM – a própria Alemanha, anteriormente uma alternativa comercial, encontrava-se derrotada e destruída – e o bloco socialista era adversário, de tal maneira que apenas os EUA seriam capazes de oferecer o apoio econômico que o Brasil desejava. Podemos dizer, acompanhando Gunder Frank (1967), que isto reafirmou o caráter de “metrópole” dos EUA em relação ao Brasil.

O governo de Café Filho, iniciado após o suicídio de Vargas, retomou a política pró-EUA de Dutra. Já no mandato de Juscelino Kubitschek (JK)<sup>6</sup> estará de volta a barganha com os EUA para o fortalecimento da indústria, havendo também importante abertura ao capital internacional. É nesse contexto que JK lança, em meados de 1958, a Operação Pan-Americana (OPA)<sup>7</sup>, um esforço a nível hemisférico para a eliminação da

---

<sup>5</sup> A expressão original em inglês é “underdeveloped development” (FRANK, 1967, p. 148).

<sup>6</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diadema, Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902. Formou-se em medicina em Belo Horizonte, atuando como médico até 1940. Trabalhando no Hospital Militar da Força Pública de Minas Gerais, integrou as tropas que combateram os revoltosos de 1932. Elegeu-se deputado federal de Minas Gerais em 1935 pelo Partido Progressista (PP), exercendo o cargo até o fechamento do Congresso em 1937. Foi nomeado prefeito de Belo Horizonte em 1945. Pelo PSD, elegeu-se deputado constituinte (1946), deputado federal no mesmo ano e governador do estado de Minas em 1951. Chegou à presidência em coligação PSD-PTB, tomando posse em 31 de janeiro de 1956. Após a presidência, foi senador do estado de Goiás em 1962, mas seu mandato foi cassado em consequência do golpe de 1964, perdendo os direitos políticos por dez anos. Teve de ir ao exílio, mas retornou ao Brasil em 1967. Sem voltar à política, morreu em 22 de agosto de 1976 num acidente automobilístico, na via Dutra. (BIOGRAFIA, **Arquivo Nacional - Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República**. Disponível em: <[http://www.an.gov.br/crapp\\_site/presidente.asp?rqID=17](http://www.an.gov.br/crapp_site/presidente.asp?rqID=17)>. Acesso em: 30/01/23).

<sup>7</sup> Em discurso no dia 20 de junho de 1958, JK enumerou como objetivos da OPA: “1. Reafirmação dos princípios de solidariedade hemisférica; 2. reconhecimento do subdesenvolvimento como um problema de interesse comum; 3. adaptação dos órgãos e agências interamericanas, se necessário, às requisições de ação mais dinâmica para acelerar a luta contra o subdesenvolvimento; 4. assistência técnica para aumento da produtividade; 5. medidas para estabilizar o mercado de bens primários; 6. adaptação às atuais necessidades e expansão dos recursos das instituições financeiras internacionais; 7. reafirmação da iniciativa privada na

miséria e do subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Segundo a filosofia da OPA, apenas nações soberanas e que houvessem vencido a questão da pobreza e da desigualdade estariam seguras contra a proliferação de ideias “exógenas” e “totalitárias” como o comunismo, linha inimiga ao Ocidente capitalista no embate da Guerra Fria, iniciado após a 2ª GM. Além disso, JK argumentava que a negligência dos EUA em relação aos dramas latino-americanos alimentava o ódio dos povos contra esse país, o que ficou demonstrado nas manifestações de hostilidade contra o então vice-presidente Richard Nixon em viagem à Venezuela (QUINTANEIRO, 1988).

Por isso, JK propunha com a OPA que o capital estadunidense financiasse grandes esforços de modernização econômica dos países subdesenvolvidos da América, para que superassem sua condição difícil. Segundo Vizontini (1994), a política de Juscelino só foi possível por conta da recuperação econômica da Europa ocidental, alargando o terreno das trocas comerciais no âmbito das relações exteriores para os latino-americanos. JK pôde assim pôr em marcha seu Plano de Metas, buscando a modernização e a industrialização econômica do Brasil ao mesmo tempo que o governo atraía capital estrangeiro. Kubitschek tentou, com a OPA, exportar o modelo do nacional-desenvolvimentismo, mas, além de estudar o consentimento dos EUA, era necessário o entendimento com os outros países do hemisfério (VIZENTINI, 1994).

Em 1959, o movimento rebelde liderado por Fidel Castro toma o poder em Cuba. O enredo figurará mais adiante no trabalho, mas aqui cabe dizer que, apesar do apoio inicial do novo governo cubano à OPA, também expresso pela ditadura recém vencida de Fulgêncio Batista, as tensões entre EUA e Cuba como impacto da revolução tornaram a ilha contrária à Operação, explica Bandeira (2009). Além disso, Quintaneiro (1988) declara que a América dividiu-se perante o fenômeno revolucionário, e o consenso e a harmonia necessários para a OPA ficaram impossíveis. O projeto parou na gaveta. Não obstante, na eleição presidencial brasileira seguinte, tanto o candidato Jânio Quadros quanto Henrique Teixeira Lott, os dois principais postulantes, foram convidados a visitar Cuba durante a campanha.

Lott recusou, mas Quadros – num movimento surpresa para um político em aliança com a União Democrática Nacional (UDN), sigla conservadora – aceitou. Jânio visava afastar a imagem de candidato amigo do capital internacional, pecha imputada

---

luta contra o subdesenvolvimento, e 8. revisão por parte de cada país, se necessário, de suas políticas fiscais e econômicas com o propósito de assegurar meios de promover o desenvolvimento econômico.” (KUBISTSCHEK apud QUINTANEIRO, 1988, p. 24)

pelos partidos mais à esquerda como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e por outros grupos de ideário similar (QUINTANEIRO, 1988). Todavia, observamos que o vitorioso Quadros não fez apenas uma visita simbólica para a campanha. No seu curto período de governo, ele procurou ativamente, em consonância com a proposta da OPA mas em atitude ainda mais ousada, afirmar a soberania nacional e a independência da política externa brasileira. Jânio defendeu a expansão do comércio internacional, sem deixar-se limitar por qualquer diferença entre sistemas político-econômicos. Dos princípios listados por Jânio da Política Externa Independente, valem atenção:

[...] 2. ampliação dos contactos com todos os países inclusive os do mundo socialista; [...] 5. apoio decisivo ao anticolonialismo; 13. a mais íntima e completa cooperação com as Repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos; (QUINTANEIRO, 1988, p. 39)

A postura de Jânio nas relações exteriores certamente foi um dos pontos mais sensíveis de seu governo. Ele compartilhava da perspectiva, expressa nos antecedentes da PEI, de que era necessária uma abordagem latino-americana para a política externa; de que não havia, fundamentalmente, identidade entre as aspirações dos EUA e dos países pobres do continente americano: “Que ideais comuns podem, no curso do tempo, suportar a comparação entre as áreas ricas, cultivadas, dos Estados Unidos e as zonas assoladas pela fome no nordeste do Brasil?” (QUADROS, 2007, p. 149).

O presidente fazia uma espécie de jogo duplo, em que a política exterior respondia aos desafios do momento de maneira diversa do que se esperaria de um candidato eleito numa coalizão mais à direita, e que não almejava dar continuidade ao legado varguista – que Gambini (1977), Moura (1980), Vizentini (1994) e Manzur (2014) identificam como o período de inspiração forte para uma política externa soberana no Brasil. Nesse momento, torna-se interessante observar a leitura de Maia Neto (1965), que, a despeito de ressaltar o impacto da personalidade de Quadros na guinada da política exterior, explica a PEI a partir das necessidades concretas que o país enfrentava no momento. Sobre Jânio, ele diz:

Jânio Quadros, indiscutivelmente um caráter altaneiro, interrompeu esta longa tradição de submissão à política norte-americana e imprimiu personalidade própria às nossas relações internacionais. No momento mesmo em que os Estados Unidos tentavam forçar seus aliados e dependentes ao cerco econômico e militar de Cuba, Jânio formulou, ou melhor, redescobriu um princípio sadio da política internacional: a autodeterminação dos povos, isto é, o direito que assiste a todos, inclusive a Cuba, de determinar seus próprios destinos sem dar satisfações a ninguém. (MAIA NETO, 1965, p. 57-58).

O autor argumenta que a deterioração dos preços das matérias primas, principal fonte de divisas para os países subdesenvolvidos, é a maior causa da debilidade



econômica no Terceiro Mundo<sup>8</sup> desde a 2ª Guerra Mundial. Os manufaturados vendidos pelos países mais ricos encarecem, enquanto que as *commodities* latino-americanas perdem seu valor nas trocas. Um dos métodos de combate ao problema, além da industrialização, é ampliar o mercado consumidor, diminuindo o poder de barganha dos países compradores e dando maior vazão ao que se produz. Eis o porquê, diz Maia Neto (1965), de a política externa brasileira querer acessar o que havia atrás da Cortina de Ferro<sup>9</sup>. Mais do que isso, essa também é a razão de os ingleses não enrubescerem vendendo café brasileiro à China de Mao<sup>10</sup>, enquanto o Brasil era proibido de manter relações com o dragão vermelho: era estratégia das nações centrais do capitalismo limitar o mercado consumidor dos subdesenvolvidos, diminuindo as saídas destes a pretexto de combate ao comunismo (MAIA NETO, 1965).

A PEI se desenvolveu em direção contrária a isto, ampliando os horizontes de troca do Brasil com os países do mundo, capitalistas ou não. Franchini Neto (2005) afirma que o termo “Independente” na política externa brasileira pode sinalizar tanto a independência em relação à disputa ideológica da Guerra Fria – à oposição forte entre dois blocos – quanto uma independência em relação às tradições anteriores da política externa brasileira, que desde o tempo de Rio Branco<sup>11</sup> tendiam a alinhar-se com os

---

<sup>8</sup> A expressão foi empregada pela primeira vez por Alfred Sauvy, demógrafo francês, no início dos anos 50. Escolheu-a como título de um livro em que escreveu o prefácio, dirigido por Georges Balandier. “Seu mérito [o do termo Terceiro Mundo] foi o de lembrar a existência de uma imensa zona do planeta para a qual a questão primordial não era a do alinhamento em um ou outro campo, mas qual seria a atitude dos Estados Unidos e da União Soviética em relação a ela. Em 1945, a metade da Ásia, a quase totalidade da África, bem como o Caribe e a Oceania permaneciam colônias. Sem falar dos países ‘semi-colonizados’. Para esse vasto mundo tutelado, onde a pobreza ultrapassava — e muito — a dos países ‘industrializados’, a prioridade era dirigida à ‘libertação nacional’.”(WALLERSTEIN, I. **O que era mesmo o Terceiro Mundo?** Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-que-era-mesmo-oterceiro-mundo/>>. Acesso em: 30/01/2023).

<sup>9</sup> O termo “Cortina de Ferro” já era utilizado ocasionalmente, em contextos diversos, no século XIX, mas consagrou-se após Winston Churchill enunciá-la num discurso em Missouri, nos EUA, em 5 de março de 1946. Descreveu com a expressão o conjunto de Estados do bloco comunista composto pela URSS e nações da Europa oriental. (IRON CURTAIN, **Encyclopaedia Britannica**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Iron-Curtain>>. Acesso em: 30/01/2023).

<sup>10</sup> Mao Zedong foi um líder político chinês nascido em Shaoshan, na província de Hunan, em 26 de dezembro de 1893. Esteve à frente do Partido Comunista da China (PCCh) de 1935 até sua morte, em 9 de setembro de 1976. Com a tomada de poder do PCCh, Mao tornou-se o chefe de Estado da República Popular da China a partir de 1949. A revolução de caráter marxista que comandou no país mais populoso do mundo teve significativos impactos internacionais. (MAO ZEDONG, **Encyclopaedia Britannica**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Mao-Zedong>>. Acesso em: 30/01/2023).

<sup>11</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, nasceu em 20 de abril de 1845, no Rio de Janeiro. Cursou Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, transferindo-se no último ano para a Faculdade de Direito de Recife, onde bacharelou-se. Elegeu-se deputado no Mato Grosso pelo Partido Conservador, em 1869. Em 1876 foi nomeado cônsul-geral do Brasil em Liverpool, na Inglaterra, dando início à sua carreira diplomática. Em 1902, foi convidado pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Permaneceu à frente da pasta também nos governos de Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914).

Estados Unidos (FRANCHINI NETO, 2005). Intitula-se Política Externa Independente a política externa dos governos Quadros e Goulart, ainda que o nome só tenha surgido no período de Jango e sob o ministério de Francisco Clementino de San Tiago Dantas<sup>12</sup>, chanceler brasileiro do governo parlamentarista iniciado após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

Na ocasião da renúncia, João Goulart, vice-presidente, encontrava-se na República Popular da China. Houve oposição à sua posse, inclusive por parte de militares. O movimento liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola<sup>13</sup>, cunhado

---

Negociou com a Bolívia a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), incorporando o Acre ao Brasil, além de acordar outras disputas territoriais, dando ao Brasil seu atual desenho no mapa. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1907-1912) e foi membro da Academia Brasileira de Letras, ingressando em 1898. Recebeu o título de barão do Rio Branco no ano de 1888. Morreu no Rio de Janeiro em fevereiro de 1912. (JOSÉ MARIA DA SILVA..., **Memória da Administração Pública Brasileira**. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/832-jose-maria-da-silva-paranhos-junior-barao-do-rio-branco>>. Acesso em: 01/02/2023).

<sup>12</sup> Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1911. Era advogado, jornalista e professor. Entre 1932 e 1938, foi membro da Ação Integralista Brasileira. Foi também vice-presidente da refinaria de petróleo de Manguinhos, no Rio de Janeiro. Foi assessor pessoal do presidente da República no governo Vargas de 1951 a 1954, colaborando com o anteprojeto da criação da Petrobrás. Em 1958, elegeu-se deputado federal pelo PTB em Minas Gerais. Em 22 de agosto de 1961, Jânio Quadros nomeia-o Embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas, mas não chegou a assumir o cargo devido à renúncia do presidente. Já havia renunciado ao seu mandato parlamentar, que portanto também perdeu. Torna-se Ministro das Relações Exteriores quando da instituição do parlamentarismo no Brasil, exercendo o cargo até 25 de junho de 1962. Reelegeu-se deputado federal em outubro de 1962. Foi nomeado Ministro da Fazenda após o retorno do presidencialismo no país, exercendo o cargo de 24 de janeiro a 20 de junho de 1963. Morreu em 6 de setembro do ano seguinte, no Rio de Janeiro. (BIOGRAFIA SAN TIAGO DANTAS, **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1960-69/biografia-san-tiago-dantas>>. Acesso em: 30/01/23).

<sup>13</sup> Leonel de Moura Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922, no povoado de Cruzinha, àquele tempo pertencente a Passo Fundo, no Rio Grande do Sul (hoje está sob jurisdição de Carazinho). Seu pai morreu em 1923 lutando na Revolução Federalista, ao lado das tropas de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Leonel formou-se técnico rural no Instituto Agrícola de Viamão, em 1939. Em 1940 foi à Porto Alegre e obteve emprego em serviço de parques e jardins da prefeitura. Fez curso supletivo no Colégio Júlio de Castilhos. Em 1945, ingressou no curso de engenharia civil na Universidade do Rio Grande do Sul. No mesmo ano entrou para o PTB por conta de sua simpatia com Getúlio Vargas. Em 1947 foi eleito deputado estadual e participou da elaboração da Constituição gaúcha. Apoiou, com seu partido, a instituição do parlamentarismo no estado, mas o Supremo Tribunal Federal entendeu a decisão como inconstitucional. Em 1º de março de 1950, casou-se com Neuza Goulart, irmã do deputado estadual João Goulart. O padrinho de casamento foi Getúlio Vargas. Em 1954 elegeu-se deputado federal, mas já no ano seguinte tornou-se prefeito de Porto Alegre. Em 1958, venceu a eleição para o governo do Rio Grande do Sul. Precisou exilar-se em virtude do golpe de 1964. Voltou ao Brasil em 1979. Em 1983, tornou-se governador do Rio de Janeiro, sendo o único político eleito pelo povo a governar dois estados diferentes na história do Brasil. Na sua gestão no Rio criou os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), e, em parceria com Oscar Niemeyer, construiu a Passarela do Samba Professor Darcy Ribeiro, o Sambódromo. Em 1989 concorreu às primeiras eleições presidenciais diretas pós-64, e ficou em terceiro lugar. Em 1990 foi novamente eleito governador do Rio de Janeiro. Em 1994 disputou de novo a eleição presidencial, tendo como vice Darcy Ribeiro, mas não foi competitivo. Em 1998, foi candidato à vice-presidente na chapa de Lula da Silva, também não vencendo. Faleceu em 2004 de ataque cardíaco. (LEONEL DE MOURA BRIZOLA.... **Senado notícias**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/06/10/leonel-de-moura-brizola-foi-o-unico-politico-eleito-pelo-povo-a-governar-dois-estados>>. Acesso em: 01/02/2023).

de Jango, acendendo a Campanha da Legalidade<sup>14</sup>, garantiu o apoio e a pressão necessários para que a lei fosse cumprida e Goulart assumisse a presidência. Isso só ocorreu, porém, após Jango concordar com a instauração do parlamentarismo no Brasil, diminuindo seus poderes presidenciais (FERREIRA, 2011).

Nesse tempo, San Tiago Dantas comandou o Ministério das Relações Exteriores. Ele deu continuidade à política externa do governo anterior, criada por Quadros e pelo chanceler Afonso Arinos<sup>15</sup>, que, junto com San Tiago Dantas, costuma ser identificado como um ministro da PEI. João Goulart teve outros Ministros das Relações Exteriores, inclusive durante o presidencialismo, que retornou após plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963. No entanto, a atuação de San Tiago Dantas se destacou. Quando o continente americano, sob pressão dos EUA, discutia a expulsão do governo de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a aplicação de sanções econômicas e diplomáticas contra a ilha, San Tiago Dantas defendeu a transformação de Cuba em um Estado neutro, isto é, que cumprisse certas obrigações negativas e tivesse sua soberania respeitada pelo hemisfério.

Os detalhes do caso serão trazidos mais adiante no trabalho, mas cabe destacar nesse momento que a Revista Brasiliense, periódico marxista publicado em São Paulo, nomeou “impecável” a posição brasileira na ocasião, afirmando que San Tiago Dantas criava “a versão latino-americana da coexistência pacífica”, em referência à política de coexistência pacífica entre o bloco soviético e EUA e Europa capitalista (PINTO, 1962,

---

<sup>14</sup> Leonel Brizola transformou o Rio Grande do Sul em região rebelada no momento em que se tentava impedir a posse de João Goulart. Esta tentativa de golpe foi promovida principalmente pelos três ministros militares de Quadros: Grun Moss, da Aeronáutica; Silvio Heck, da Marinha e Odílio Denys, do Exército. Ranieri Mazzilli, Presidente interino, foi cúmplice. A sociedade civil mobilizada, junto a personalidades políticas, a Brigada Militar gaúcha e o III Exército, comandado pelo general Machado Lopes, legalista, conseguiram barrar o movimento golpista (KONRAD; LAMEIRA, 2011).

<sup>15</sup> Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 27 de novembro de 1905. Diplomou-se em direito no ano de 1927. Passou a frequentar a Livraria Católica, local de encontro de pensadores como Alceu Amoroso Lima, Heráclito da Fontoura Sobral Pinto, San Tiago Dantas e José Lins do Rego. Foi redator, junto com João Mangabeira, do manifesto inaugural da UDN, em 1945. Quando Milton Campos, deputado federal desta legenda, foi eleito governador, Arinos ocupou sua vaga na Câmara em 1947. Manifestou-se contra a cassação dos mandatos dos integrantes do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Foi líder do bloco de oposição ao governo do presidente JK. Foi autor da lei contra a discriminação racial (Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951), que ganhou seu nome. Derrotou Guimarães Rosa na disputa pela vaga deixada por José Lins do Rego na ABL em 1958. Foi senador pela Guanabara, então Distrito Federal, entre 1959 e 1967, cargo do qual se licenciou para assumir o Ministério das Relações Exteriores em 1961. Afastou-se da política em 1967, com o fechamento do regime ditatorial. Voltou ao Senado nas eleições de 1986, pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Faleceu em 28 de agosto de 1990, no Rio de Janeiro. (AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco>>. Acesso em: 31/01/2023).

p. 27). O chanceler tem posição semelhante, argumenta Quintaneiro (1988), aos países que fizeram parte da Conferência de Bandung<sup>16</sup>, em que nações do Terceiro Mundo elaboraram uma política de “não-alinhamento”, visando superar a bipolaridade da Guerra Fria, reivindicando independência em relação aos blocos capitalista e socialista. San Tiago Dantas não foi, portanto, o único defensor de diplomacia com esse caráter, mas sua posição causou polêmica. De volta ao Brasil, é questionado na Câmara dos Deputados a respeito de seus juízos sobre Cuba (QUINTANEIRO, 1988). Franchini Neto (2005) afirma que sua indicação para primeiro-ministro, que foi impedida, deve ter sido prejudicada também por isso.

Com menos de um ano à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), San Tiago Dantas é substituído por Afonso Arinos, que retorna ao posto depois de ter sido chanceler do governo Jânio Quadros e haver implementado pioneiramente a PEI. A conturbada política interna oferece complicações à PEI. Arinos dá lugar a Hermes Lima, que permanece como chanceler durante a transição do parlamentarismo para o presidencialismo, em janeiro de 1963. Seu período, somado ao de Evandro Lins e Silva e Araújo de Castro, são vistos como de refluxo da PEI, mas só o golpe militar em 1º de abril de 1964 sepulta-a definitivamente (VIZENTINI, 1994).

---

<sup>16</sup> Realizada na Indonésia, a Primeira Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, chamada Conferência de Bandung, ocorreu em abril de 1955, reunindo 29 países. Reafirmou os princípios de coexistência pacífica entre países de diferentes regimes políticos, generalizou a expressão “Terceiro Mundo”, retirou a China revolucionária do isolamento e deu início ao Movimento dos Países Não-Alinhados. (SACHS, I. **O cinqüentenário do Terceiro Mundo**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=741:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=741:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 31/01/2023).

## **Capítulo II – A REVOLUÇÃO CUBANA DE 1959 E AS TENSÕES DA GUERRA FRIA NA AMÉRICA – alguns significados**

A ilha de Cuba, com uma área de 103.338 km<sup>2</sup>, e, portanto, de tamanho menor que meio estado do Piauí, permaneceu como colônia espanhola até o ano de 1898. Localizada no Caribe, essa nação parecia destinada a compor a órbita dos Estados Unidos, tamanha a proximidade de ambos os territórios – 145 quilômetros é a distância por mar. Importante perceber que os EUA já se encaminhavam para serem uma superpotência antes de Cuba tornar-se independente (AYERBE, 2004). De fato, nas primeiras décadas do século XIX, fazendeiros cubanos pleitearam a anexação de Cuba pelos EUA de forma a garantir a manutenção da escravidão no país, que estava ameaçada pelas pressões que a Grã-Bretanha fazia à metrópole Espanha, no sentido de aboli-la nas colônias.

Além disso, a anexação de Cuba, como explica Moniz Bandeira (2009), tornou-se uma questão da política interna dos EUA. A Confederação, ao Sul, buscava, com o domínio de Cuba, retomar forças para o sistema escravista nacional, contrapondo-se ao Norte abolicionista e antianexionista. Em 1854, durante a presidência de Franklin Pierce, os ministros plenipotenciários James Buchanan, James Y. Mason e Pierre Soulé elaboraram o chamado “Manifesto de Ostend”, que defendia a compra de Cuba pelos EUA, ou a tomada do país caribenho por via armada em caso de insucesso da negociação pacífica. O Manifesto, porém, chegou a Washington no dia 4 de novembro, data em que os Democratas, escravagistas e anexacionistas, perdiam maioria no Congresso (BANDEIRA, 2009).

A anexação permaneceu no radar norte-americano, e era desejada pelo presidente John Quincy Adams, mas este provavelmente entendeu como mais urgente a conquista da Flórida, que almejava obter da Espanha sem conflito (BANDEIRA, 2009). Mais adiante, o presidente James K. Polk ofereceu à Espanha U\$100 milhões por Cuba, mas todas as ofertas de cessão foram recusadas. Sair do domínio espanhol para garantir a escravatura ao se incorporar aos EUA seria tarefa complicada, segundo argumento de Moniz Bandeira (2009), pois a independência cubana parecia mais e mais condicionada a uma guerra – possível início do fim da escravidão. O temor dos escravagistas, diz o autor, era o de que, durante o conflito, negros libertos pela Espanha lutariam ao lado da coroa, ajudando a esmagar a insurreição. Não foi o que ocorreu durante o primeiro combate de independência, iniciado em 1868 e que durou dez anos, terminando após a

derrota das tropas comandadas pelo general negro Antonio Maceo<sup>17</sup>. Elas representavam, explica Ayerbe (2004), os setores mais radicais da luta e incluíam entre suas bandeiras a abolição da escravidão. Esta chegou em 1886, e suas motivações foram desde as pressões externas inglesas, passando pelo interesse de proprietários estadunidenses na compra de terras cubanas, e também pela falência dos escravagistas locais depois da década de guerra.

O colonialismo dos espanhóis permaneceu após o fim da escravidão. Em nova tentativa de expulsá-los, chega em 11 de abril de 1895, vinda de Santo Domingo, uma expedição comandada por Máximo Gómez<sup>18</sup>, levando também o futuro herói nacional cubano José Martí<sup>19</sup>, idealizador da libertação da ilha. Martí morre cedo no conflito, em 19 de maio do mesmo ano, tornando-se uma das quatrocentas mil vítimas cubanas dessa batalha. As forças independentistas estão próximas de vencer quando, em 15 de fevereiro de 1898, uma explosão no navio de guerra norte-americano *Maine* mata 260 marinheiros. O presidente McKinley o havia enviado à ilha pois preocupava-se com a radicalização do conflito em Cuba, dizia (AYERBE, 2004).

---

<sup>17</sup> Antonio Maceo Grajales, nascido em 1848, foi um general cubano comandante de exércitos independentistas. Conhecido como “Titã de Bronze”, iniciou suas atividades militares na guerra deflagrada na ilha em 1868. Foi rapidamente promovido a general devido à bravura que demonstrou. Recusou render-se em 1878, quando a maioria dos generais cubanos já não acreditava mais que a Espanha podia ser derrotada. Maceo foi forçado a deixar Cuba. Retornou quando os conflitos de independência voltaram. Seu exército era composto em maioria por negros. Foi morto em 7 de dezembro de 1896, capturado enquanto tentava reagrupar-se ao general Gómez. (ANTONIO MACEO, **Library of Congress**. Disponível em: <<https://www.loc.gov/r/hispanic/1898/maceo.html>>. Acesso em: 01/02/2023).

<sup>18</sup> Máximo Gómez Baez nasceu em Santo Domingo, em 1836, e lutou na Guerra dos Dez Anos, a primeira guerra pela independência cubana da história da ilha. Em viagem aos EUA conheceu José Martí, que no ano de 1895 o convenceu a liderar um novo combate pelo fim da colonização espanhola em Cuba. Para conservar mobilidade, Gómez utilizava pequenas forças guerrilheiras bem treinadas nos conflitos, e aproveitava de táticas como a queima de plantações e ataques rápidos e fuga. Os EUA apoiaram suas tropas ao entrarem no conflito em 1898, mas àquela altura a resistência espanhola era mínima e a colaboração não se fazia necessária. Gómez morreu em Havana em 1905. (MÁXIMO GÓMEZ BAEZ, **Library of Congress**. Disponível em: <<https://www.loc.gov/r/hispanic/1898/gomez.html>>. Acesso em: 01/02/2023).

<sup>19</sup> José Julián Martí y Pérez nasceu em 1853, em Havana. Durante a Guerra dos Dez Anos, converteu-se em fervoroso defensor da independência cubana, e assim foi até o fim da vida. Publicou seu primeiro jornal, *La Patria Libre*, motivado por este impulso. Foi sentenciado a seis anos de trabalho pesado por denunciar um colega de escola como pró-Espanha. Recebeu educação superior na Espanha, e depois viveu em Nova Iorque. Contou a respeito de suas experiências nos EUA em diversos periódicos latino-americanos. Admirava a arquitetura política do Estado norte-americano, mas denunciava suas atitudes imperialistas para com os vizinhos ao sul. Martí escrevia poesia, textos políticos, textos infantis etc. Além disso, dedicava boa parte de seu tempo a planejar um segundo conflito independentista cubano, dada a derrota do primeiro. Para ele, a nova guerra deveria ser rápida, de modo a evitar intervenção dos EUA. Em 1892 Martí fundou o Partido Revolucionário Cubano, para concretizar seus ideais. Em 1895, embarcou na expedição que sairia da Flórida com destino à sua terra natal. Morreu menos de duas semanas após o início do combate. É hoje provavelmente a figura independentista mais celebrada em Cuba, conhecido como “apóstolo da revolução”. Sua dedicação intelectual e prática à independência por quase toda a vida é profundamente admirada. (JOSÉ MARTÍ, **Library of Congress**. Disponível em: <<https://www.loc.gov/r/hispanic/1898/marti.html>>. Acesso em: 01/02/2023).

Não foi possível para mergulhadores dos EUA inspecionarem conclusivamente o *Maine*, mas o governo adotou mesmo assim a explosão como pretexto para declarar guerra à Espanha, acusando-a de ter realizado sabotagem. O pedido de autorização do presidente McKinley para intervir militarmente em Cuba chegou dois dias depois de Madrid ordenar o fim das hostilidades e atender quase todas as exigências dos EUA, em 9 de abril. Os norte-americanos, porém, combateram a Espanha mesmo assim até agosto de 1898, pois a ilha em disputa lhes era interessante. Bandeira (2009) esclarece que os produtores dos EUA queriam escoar para o exterior suas manufaturas, que cresciam cada vez mais, especialmente após a crise de 1890-93. Importante também, ressalta Bandeira, era a localização de Cuba, vista como essencial para defender as rotas no Golfo do México e o canal que os EUA haviam projetado abrir no Panamá.

Ao fim do embate, os EUA proibem a participação de líderes cubanos nas negociações de paz com a Espanha, materializadas num armistício em 12 de agosto e num tratado de paz de 10 de dezembro de 1898, assinado em Paris. Esse tratado, além de reconhecer a independência de Cuba, transferiu para os EUA o controle de Porto Rico, Filipinas e Guam. Pensamos que não é casual a situação cubana estar associada, nesse momento, a acordos que ampliem o domínio estadunidense sobre outras nações, pois, contraditoriamente, o processo de independência cubano também foi marcado por tais pesos. A independência em relação à Espanha será seguida da ocupação de Cuba por tropas dos EUA, que instalam um governo provisório, do general John R. Brooke, até 20 de maio de 1902 (BANDEIRA, 2009).

É em torno desse período que se impõe ao país caribenho o que se conheceu como emenda Platt<sup>20</sup>, elaborada pelo senador Republicano Orville H. Platt, estabelecendo, dentre outras coisas, que o governo dos EUA pudesse intervir em Cuba quando adequado para a “proteção da vida, da propriedade privada, e da liberdade individual”; também afirma que Cuba deve vender ou ceder aos EUA terras para mineração ou estações navais que o presidente dos EUA crer necessárias; além disso, a emenda Platt profere que Cuba não deve entrar em nenhum tratado com qualquer força exterior que ameace a sua independência, o que consolidava a hegemonia dos EUA. Em 1906, o Partido Liberal de Cuba questiona a reeleição de Estrada Palma, primeiro presidente eleito após o governo

---

<sup>20</sup> TRANSCRIPT of Platt amendment (1903). **National Archives**. Disponível em: <[https://www.archives.gov/milestone-documents/platt-amendment?\\_ga=2.161950140.1466241669.1665684229-1577154132.1665684229](https://www.archives.gov/milestone-documents/platt-amendment?_ga=2.161950140.1466241669.1665684229-1577154132.1665684229)>. Acesso em: 10/10/2022.

provisório de Brooke. O país é ocupado por tropas dos EUA novamente, e institui-se um novo governo provisório até 1908. Praticava-se, então, na diplomacia estadunidense, a política do *big stick*, inaugurada por Theodor Roosevelt, que envolvia uma participação ativa dos EUA na política dos países caribenhos, e era combinada à expansão da Marinha levada adiante na mesma época, conta Bandeira (2009). O objetivo era bloquear a interferência de países europeus na região, que devia ser de influência de Washington.

A presidência de William H. Taft representou continuação e aprofundamento do que estava sendo realizado na política externa com McKinley e Roosevelt. Tanto em Cuba quanto no resto do Caribe, detalha Bandeira (2009), os EUA utilizavam sua força para expandir o próprio comércio e investimentos. A atitude provocava antipatia nos países da região, que se viam impotentes, e por vezes vítimas de intervenções, como no caso do Haiti, da República Dominicana e da Nicarágua. Eles conheciam a face mais áspera da construção da política de hegemonia estadunidense. Segundo Novion (2021), ela se implementava a partir do Binômio Integração-Segurança, estabelecido durante a primeira conferência Panamericana, em Washington. A partir disto, para o autor, o domínio dos EUA engendra-se fazendo uso da pressão e do convencimento, com políticas que se apresentam ilusoriamente como construção dialogada e coletiva (Integração) e, por outro lado, lançando mão da força e do autoritarismo, com a promoção de ditaduras conservadoras e o recurso à violência para realizar os interesses dos EUA (Segurança).

Em 1925 o general Gerardo Machado é eleito presidente de Cuba, e em 1929 consegue a prorrogação do seu mandato por mais seis anos. Machado gastava US\$ 10 milhões anualmente para a manutenção de milícias mercenárias que lhe salvavam da queda. Impopular, perde o apoio das forças armadas e a conivência dos EUA, e cai. Carlos Manuel de Céspedes tornou-se presidente provisório de Cuba em 1933, indicado pelo embaixador estadunidense Sumner Welles, que também escolheu alguns de seus ministros. Em 4 de setembro, três semanas após a queda de Machado, escalões inferiores da Marinha e do Exército insurgem-se, liderados pelo sargento Fulgêncio Batista, e formam uma Junta de Governo com cinco membros, a “Pentarquia”, levando Céspedes a entregar a presidência (BANDEIRA, 2009).

A situação é propícia para uma intervenção norte-americana, mas a política externa da “Boa Vizinhança”, de Franklin Delano Roosevelt, evita realizar isso que a emenda Platt havia posto, inclusive, como um compromisso. A respeito da política referida, o economista americano Lloyd Gardner diz:



[...] a Política de Boa Vizinhança resultava em parte do reconhecimento de que os Estados Unidos deveriam agir com mais tática em suas relações com os vizinhos mais fracos, e em parte da percepção de que a intervenção militar na verdade atrapalhava o uso efetivo do poder político e econômico dos Estados Unidos. (GARDNER apud GAMBINI, 1977, p. 36)

Remetemo-nos mais uma vez a Novion (2021) para dizer que se assiste, nesse movimento dos EUA, o Binômio Integração-Segurança atuando. Roosevelt limita-se a enviar alguns navios de guerra para a ilha caribenha e convoca embaixadores do Brasil, da Argentina e do Chile para discutir a situação em Cuba. Bandeira (2009) explica que ele não confiava na Pentarquia, que em 10 de setembro nomeia Ramón Grau San Martín como presidente provisório. Um dos membros do seu governo, porém, sem o consentimento do restante, promoveu o sargento Fulgêncio Batista a coronel, o posto mais alto do Exército de Cuba. Cerca de 300 oficiais superiores realizaram um motim contra essa promoção, provavelmente almejando causar o desembarque de fuzileiros dos EUA, o que não ocorreu. Na verdade, Batista não perderia poder em Cuba dali em diante. Ditaria as regras do jogo político dos bastidores, ocupando a presidência apenas entre 1940 e 1944, e finalmente instaurando sua ditadura em 1952.

A ditadura de Batista, afirma Szulc (1987) termina por ser mais odiada que o governo de Machado. Ela provocou a união de forças opositoras que, de outro modo, diz o autor, lutariam dispersas. Mais do que isto, o fechamento do sistema político tornou razoável, na cabeça de insurgentes cubanos, a via da luta armada para pôr fim ao regime. Dentre esses, um exemplo foi Fidel Castro, até então militante universitário e advogado defensor dos pobres. O presente trabalho buscará agora resumir brevemente sua juventude.

Fidel Alejandro Castro Ruz nasceu no povoado cubano de Birán, em 13 de agosto de 1926. Seu pai, Ángel Castro, era um fazendeiro relativamente rico, imigrante espanhol da Galiza, dono de plantações de açúcar em Cuba na província do Oriente. Com o fim do primeiro casamento, tomou sua amante e empregada doméstica, Lina Ruz González, como esposa. Fidel foi um dos sete filhos que tiveram. Na infância, Fidel estudou em colégios católicos, dois deles comandados por Jesuítas, inclusive um em Havana. Destacava-se na escola pela inteligência, excelência nos esportes e péssimo comportamento, desafiando as regras de convívio e a disciplina rígida imposta pelos pais. Em 1945, tornou-se estudante de Direito na Universidade de Havana. Continuou chamando atenção pelo desempenho em atividades esportivas e se envolveu no

movimento estudantil, que naquela época era dominado por gangsterismo, facções e duras disputas (SZULC, 1987).

Segundo a biografia escrita por Szulc (1987), apesar de ainda não possuir ideais políticos claros nesse tempo, Fidel acompanhou a liderança de Eduardo Chibás, fundador do Partido Ortodoxo, de caráter fortemente anti-imperialista. Chibás era uma figura que utilizava os meios de comunicação, em especial o rádio, para denunciar a corrupção dos governos de Cuba e o domínio estadunidense no país. Em 1951, havia prometido ao público revelar um esquema do ministro da educação, Aureliano Arango. No entanto, não conseguiu arranjar as provas que desejava expor. Em 5 de agosto, evitou o assunto em seu programa radiofônico, praguejando apenas contra a corrupção generalizada na ilha, e alertando contra um possível golpe de Fulgêncio Batista. Terminada a transmissão, Chibás tentou suicídio com um disparo no estômago, morrendo dali onze dias. No ano seguinte, Batista usurpou o poder (SZULC, 1987).

Fidel havia apoiado Chibás sempre, mostra Szulc (1987), inclusive associando-se ao Partido Ortodoxo. Nunca se filiou aos partidos comunistas tradicionais de Cuba, nem durante nem depois do movimento estudantil. O único partido comunista do qual Fidel foi membro foi o que ele criou, anos depois da revolução de 1959. Antes disso, porém, teve contato com os postulados do marxismo, do anti-imperialismo e da ideia de justiça social, que surgiam em seus discursos. É difícil, portanto, precisar uma data de “conversão” de Fidel ao marxismo. O que houve sempre, desde os anos de faculdade, foi uma admiração por José Martí e um desejo de independência em relação aos Estados Unidos (SZULC, 1987).

Isso era compartilhado por boa parte da população cubana, que o ouviu e o tornou conhecido ainda jovem, o suficiente para Fulgêncio Batista querer encontrar-se com ele. O sargento havia deixado a presidência em 1944 e ido para Miami. Voltou em 50 à cena política e sondou lideranças da época. Fidel, um líder universitário hostil, foi recebido em 1951 em luxuosa propriedade perto de Havana, e uma das versões levantadas pelo biógrafo Tad Szulc (1987) especula que Batista e ele conversaram sobre a derrubada do então presidente Carlos Prío. Castro prometera apoio caso Batista promovesse um golpe contra Prío, o que, segundo Szulc, foi sua maneira de testar Fulgêncio para confirmar as suspeitas já levantadas por Chibás. Fidel confiava na visão política do falecido companheiro. Nesta versão, Batista não teria revelado nada sobre intenções golpistas. Terminou o diálogo sem pressentir o que Fidel lhe causaria no futuro.

Batista dá seu golpe no dia 10 de março de 1952. No décimo sexto dia do mês, como havia se tornado tradicional desde a morte de Chibás no último agosto, líderes do Partido Ortodoxo e estudantes reuniram-se em torno do túmulo do político e comunicador para honrar sua memória e reafirmar o compromisso com os ideais que ele havia expresso em vida. Nesse dia, porém, já iniciada a ditadura, Fidel se indignou com o descompasso dos discursos em relação ao tamanho da ameaça que via se apresentar contra Cuba:

Os discursos dos líderes do Partido Ortodoxo eram tão tépidos que Fidel não conseguiu se controlar. Ele levantou seu braço direito e gritou: “Se Batista tomou o poder através da força, ele deve ser deposto pela força!” (SZULC, 1987, p. 252)

E foi a força que Fidel Castro incitou contra Batista em 26 de julho de 1953. Ele bolou um plano para a tomada do quartel-general de Moncada, na cidade de Santiago, estudando a estrutura do local por meses. O objetivo era, a partir de uma vitória militar ali, acender a fâsca que fizesse Cuba se levantar por completo, diz Szulc (1987). A notícia da vitória e do início de uma revolução seria levada pelo rádio aos cidadãos, que embarcariam na revolta de Castro. Foi o que tramou antes da derrota.

Apesar de seu movimento haver treinado homens realmente comprometidos com a luta, e de eles haverem enganado de início a segurança do quartel ao se infiltrarem com uniformes iguais aos do exército, os fidelistas não lograram êxito depois do começo do combate, em que a disparidade de armas, homens e a falta da logística contra a força mais preparada foi decisiva. Os combatentes de Castro até mostraram disciplina, o que pode ser atestado pela absoluta discricção com que todos trataram o plano. Tanto assim que o coronel Alberto Chaviano, ao qual o regimento do Moncada se subordinava, havia aberto o quartel ao público dois dias antes, em comemoração ao carnaval, que em Cuba se dá entre julho e agosto, sem imaginar que houvesse qualquer grupo armado querendo invadir o lugar. Fidel só soube da festa tarde demais para reunir os rebeldes, um hilário erro que o deixou furioso (SZULC, 1987).

Nas armas, 26 de julho não trouxe vitória, mas a data também não se perdeu. Fidel, seu irmão Raúl e outras figuras que se tornariam importantes no futuro escaparam com vida do quartel Moncada. O assalto foi relevante, fazendo Batista abandonar seu iate na mesma tarde de 26 para discursar no rádio. Parte dos combatentes menos conhecidos rendeu-se, mas lideranças como Fidel buscaram se esconder e já planejavam iniciar a luta no campo. Ele e seu grupo, porém, foram encontrados em 1º de agosto por tropas do tenente Pedro Manuel Sarría Tartabull. Sarría insistiu para que seus soldados não os matassem. Ele substituíra Luis Santiago Gamboa Alarcón, oficial linha-dura que estava

com gripe no dia, e certamente não teria poupado os guerrilheiros. Eles foram presos e levados a julgamento (SZULC, 1987).

Naquele momento, o ódio a Batista em Cuba era tal que a população e certas parcelas da sociedade civil, em especial a igreja católica, exigiram que os rebeldes fossem tratados adequadamente, e não terminassem assassinados como parecia intencionar o regime. Em entrevista com Frei Betto (1985), Fidel relata:

É possível que naquela segunda-feira eles ainda não houvessem assassinado setenta companheiros do total de cento e setenta que haviam participado das ações de Santiago e Bayamo. Porém, divulgaram a morte de setenta rebeldes. Já na tarde de domingo, dezenas de companheiros foram presos e assassinados. E durante quase toda a semana, os prisioneiros foram submetidos a horríveis torturas e mortos. Tudo isso provoca, na população de Santiago de Cuba, uma enorme reação de profundo repúdio e, também, uma comoção nacional. A cidade ficou sabendo que estavam matando cada prisioneiro que apanhavam. A sociedade civil se organizou, se mobilizou e visitou o arcebispo de Santiago de Cuba, monsenhor Pérez Serantes, de origem espanhola. Por razões humanitárias, ele interveio para salvar os sobreviventes. (BETTO, 1985, p. 138)

Depois de ser preso, Fidel Castro, se aproveitando de seu diploma em Direito e da comoção criada em torno do caso, convenceu os juízes a permitirem ser ele, Fidel, seu próprio advogado. O espetáculo midiático da situação toda o transformou em herói nacional, e seu discurso de autodefesa virou depois documento amplamente distribuído. Fidel argumentou ser legítima a revolta contra um governo tirânico como o de Batista, e expôs parte de sua visão para uma Cuba mais justa, que passava por uma reforma agrária e por mais direitos aos trabalhadores comuns. Como texto, o discurso ganhou o nome da sua frase de fechamento, que virou célebre dali em diante. “Condenai-me, não importa. *A história me absolverá.*” (CASTRO, 2010, p. 101).

Na edição de 2 de agosto de 1953, o Jornal do Brasil noticiou o ataque ao quartel Moncada como um “levante subversivo” abortado. O veículo repete as palavras de um jornal mexicano que afirmou que episódio teria sido planejado desde os Estados Unidos, o que não era verdade, segundo lemos em Szulc (1987). O Jornal do Brasil fala da possibilidade de o líder do levante, Fidel Castro, estar diante da pena de morte por fuzilamento, que era a condenação estabelecida por Batista contra atos de sedição e terrorismo. Diz também o jornal que “Em vista da suspensão das garantias constitucionais, é possível que o ex-líder estudantil, atualmente advogado, seja julgado por um tribunal militar” (O ABORTADO..., 1953, p. 7). O Tribunal Provisório de Santiago de Cuba não condenou Fidel nem os outros revolucionários à morte, mas sim à prisão de vinte e seis anos, que durou apenas dois. Em 1955, a pressão popular obriga

Batista a anistiar os rebeldes. Castro, dessa vez, vai desenhar seus próximos passos no México. Volta armado (SZULC, 1987).

O retorno que Fidel Castro realizou a bordo do iate Granma faz hoje parte da memória política da América Latina. Após treinarem habilidades de guerrilha no México, cerca de oitenta homens viajam a Cuba para o início da luta nas serras. O desembarque do Granma foi desastroso, pois o exército de Batista reduziu os oitenta e dois insurgentes para menos de vinte, que a lenda da revolução transformou em doze pela simbologia cristã do número. De qualquer maneira, Fidel, Raúl, Camilo Cienfuegos e o médico argentino Che Guevara, futuras lideranças importantes, conseguiram escapar com vida e estabelecer a guerrilha a partir daí (SZULC, 1987).

A figura de Che é particularmente ilustrativa da situação latino-americana naquele momento. Ernesto Rafael Guevara de la Serna era um jovem asmático formado em medicina pela Universidade de Buenos Aires. Em viagem de motocicleta pela América Latina, conheceu a tragédia dos pobres e, durante estadia na Guatemala, observou a reforma agrária do presidente Jacobo Árbenz servir de estopim para um golpe militar apoiado pelos Estados Unidos. Foi seu despertar político. No México, criou contato com o grupo de Fidel, juntando-se à expedição guerrilheira do Granma. Em toda América Latina, movimentos políticos identificavam o subdesenvolvimento econômico e a subserviência aos EUA como males que atingiam as nações, do México à Patagônia. Antes da ditadura de Batista, Fidel havia participado de uma revolta armada na República Dominicana contra a ditadura de Trujillo, patrocinada pelos EUA. A consciência de que o imperialismo “gringo” agia nos países da região, e o fato de realizarem a manutenção e, por vezes, a instauração de ditaduras golpistas era algo que pertencia à consciência dos latino-americanos das mais diversas correntes políticas (TAIBO, 1996).

Em edição de 3 de maio de 1958, quando os rebeldes já haviam realizado grandes avanços na guerra de guerrilhas iniciada após o Granma, o periódico brasileiro O Cruzeiro anuncia: “Pela primeira vez, e com exclusividade, uma revista da América do Sul entrevista o chefe dos revoltosos cubanos, ouvindo-o na área de combate das montanhas”. A reportagem reproduz um anúncio da ditadura de Batista que fixava um prêmio entre \$5,000 a \$100,000 (presume-se que de pesos cubanos) para quem oferecesse informações úteis sobre o Movimento 26 de Julho, de Fidel. A reportagem de Carlos Maria Gutierrez revela o segredo da revolução cubana e o motivo de a revolta estar condenada ao sucesso: “[...] o apoio unânime dos camponeses ao Movimento, alentado, paradoxalmente, pelos

severíssimos métodos de repressão das forças governistas contra a população da região” (GUTIERREZ, 1958, p. 44).

Pensamos que Castro não foi casual ao escolher a região do Oriente, mais camponesa, mais pobre e mais negra do país, para instalar seu comando. Para além das motivações militares, isto é, o terreno propício à guerra irregular, também foi crucial unir-se às populações mais desamparadas de Cuba. O biógrafo Szulc (1987) defenderá que a rede solidária à revolução criada no campo foi fator definitivo para a prosperidade da luta armada, que ganhou nos camponeses informantes extremamente eficientes, que protegiam os guerrilheiros, alimentavam-nos, escondiam-nos e os guiavam. O tratamento humano que Castro exigia da guerrilha para com os camponeses sepultou Batista, que os violentava.

Aquilo que ficou conhecido como Movimento 26 de Julho, em homenagem ao lendário fracasso em Moncada, conseguiu despedir Batista do poder, estreando um governo revolucionário em 1º de janeiro de 1959. A iniciativa de Castro, que a princípio não contava com mais do que um punhado de homens, foi desprezada pelos comunistas tradicionais de Cuba, do Partido Socialista Popular (PSP), até meados de 1958, quando a derrota de Batista mostrou-se já questão de tempo. Para eles, Cuba não era um país pronto para o socialismo e a ditadura local deveria ser enfrentada com uma frente democrática ampla, tal como instruía Moscou. Fidel e sua guerrilha eram, nessa perspectiva, aventureiros pequeno-burgueses, cuja estratégia desprezava as condições concretas, ainda impróprias para a superação do capitalismo dado o atraso da ilha, como Szulc (1987) bem relata.

Desde esses anos em Sierra Maestra, Castro teve contato com escritos de Marx, fez amigos comunistas como Che Guevara, mas não se definia claramente como um, talvez porque não fosse, acreditamos. A defesa dos pobres, que fazia desde os anos de advogado, era inegociável, mas essa sensibilidade surgiu mais pelo testemunho da pobreza em Cuba do que por ler Marx. Além disso, nenhum líder seria imprudente o bastante para declarar-se socialista no pescoço dos Estados Unidos. Não até agora. Na já citada entrevista para o periódico O Cruzeiro, lê-se:

[...] é preciso não comprometer o sucesso das gestões, que se fazem junto ao Departamento de Estado, para convencê-lo a retirar o apoio dado a Batista. Essa tarefa, tão importante quanto as guerrilhas em solo cubano, compreende três pontos básicos: dar aos norte-americanos a certeza de que o movimento nada tem de comunista; assegurar-lhes que é de índole nacionalista-democrática; garantir-lhes que, em caso de triunfo, Cuba permanecerá no campo das nações ocidentais em relação à guerra fria.

– A revolução não tem conteúdo classista – Fidel Castro nos asseguraria, mais tarde. (GUTIERREZ, 1958, p. 52)

Poucos passos adiante na história, nossa pesquisa observou que a insistência de Castro em conquistar a soberania cubana, em especial frente aos EUA, já foi lida em vermelho pelo Departamento de Estado no primeiro ano da revolução no poder. Isso será causa de embates fortíssimos nas relações internacionais das Américas, envolvendo inclusive o Brasil.

Para os países da região, era impossível ignorar o fenômeno cubano. Como explica Silva (2015), Cuba pós-59 se afirmou no contexto internacional de maneira ativa, elaborando uma política exterior aguerrida:

A principal prioridade desta política externa era o desenvolvimento de recursos econômicos, políticos e ideológicos, que pudessem garantir a ‘sobrevivência da revolução’. Para isto, o país desenvolveu uma política global e ativista. (SILVA, 2013, p. 103)

Isso implicou no apoio de Cuba a grupos revolucionários latino-americanos e, segundo Silva (2015), na ideia de se exportar o modelo de guerrilha cubano para outras nações. A estratégia ficou conhecida como “foquismo”, divulgada por Régis Debray com base nos escritos de Che Guevara sobre a guerra de guerrilhas, e fundamentava-se no combate a um exército regular nacional por um foco guerrilheiro. O próprio Guevara tentou isso, pois, deixando o Ministério da Indústria de Cuba, combateu o colonialismo no Congo, e depois levou adiante a tentativa de revolução na América a partir da Bolívia. Naquele país, em 1967, na cidade de La Higuera, mataram-no. Encerrava-se, como argumenta Silva (2015), o primeiro ciclo revolucionário latino-americano, iniciado justamente na revolução em Cuba.

As outras nações da América preocuparam-se com o ativismo cubano. Mobilizou-se, já nos primeiros anos após a revolução, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), ou Tratado do Rio de Janeiro. Ele foi elaborado em 1947, durante a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança Continentais na então capital do Brasil (QUINTANEIRO, 1988). O artigo 6º estabelece:

Se a inviolabilidade ou a integridade do território ou a independência de qualquer Estado americano forem afetadas por agressão que não seja ataque armado, ou por qualquer conflito extra-continental ou intra-continental, ou por qualquer outro fator que possa pôr em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta se reunirá imediatamente a fim de acertar as medidas que em caso de agressão devem ser tomadas em ajuda do agredido ou em todo caso as que convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e segurança do continente. (FENWICK apud QUINTANEIRO, 1988, p. 18)

Países que acusavam Cuba de agressora reivindicavam uma reunião do Órgão de Consulta da OEA para tomar medidas contra o governo de Castro, explica Quintaneiro (1988). Outros países, alinhando-se menos com Washington, defendiam o direito à autodeterminação de Cuba e eram contrários a sanções propostas. A política externa cubana entendeu, com Guevara, que as fronteiras da América Latina eram traços no mapa entre uma pobreza e outra, invisíveis ao olhar de cima de motocicleta. Observamos, então, que Cuba de Castro reservou-se o direito de auxiliar grupos guerrilheiros na América Latina para ganhar aliados no que via como uma luta comum de todos os povos contra a pobreza e o imperialismo – em desrespeito flagrante à soberania de outros Estados, alvos dessas guerrilhas.

Enquanto isso, nos EUA, Quintaneiro (1988) explica que havia tensão entre a política externa proposta pelos Republicanos e a dos Democratas. Os primeiros, com Eisenhower, defendiam a chamada “estratégia global”, ou “retaliação maciça”, que tinha nas armas nucleares o principal recurso em caso de conflito com a URSS – que poderia ser motivado por tensões em países como Cuba, tal como se verificará depois –, os Democratas, em especial Kennedy, por outro lado, defendiam ataques militares mais limitados, negociação, apoio econômico aos países latino-americanos, de forma a evitar a solução republicana, que causaria o colapso absoluto ou seria drástica demais para se implementar, gerando imobilismo.

Observamos que cubanos e estadunidenses compartilhavam naquele momento a esperança, para os primeiros, e o medo, para os segundos, de que a América Latina iria se levantar com Castro, pois em toda ela a miséria dos povos raiava, e governos sustentados pelos EUA, contra a soberania dos Estados, apresentavam-se como realidade ou ameaça. Importante notar que a revolução cubana estava fresca na memória como a derrubada de um governo dessa estirpe. A fórmula poderia servir em outras latitudes.

Curiosamente, os EUA já haviam tentado garantir seu domínio em Cuba, mesmo com a saída de Batista, antes da revolução. Szulc (1987) afirma que, “[...] desde outubro ou novembro de 1957 até meados de 1958, a CIA entregou nada menos que 50.000 dólares a meia dúzia ou mais de membros proeminentes do Movimento 26 de Julho em Santiago.” (SZULC, 1987, p. 501) A agência de inteligência norte-americana, que nos anos seguintes investiria mais dinheiro em Fidel – para tentar matá-lo – não comprou sua consciência, conclui-se. No entanto, é interessante ressaltar que as tensões da Guerra Fria entre Cuba e EUA, mesmo com o histórico dos dois países, poderia, em nossa análise, haver tomado rumo diferente. Maior acordo entre as duas nações poderia ter sido feito.



Szulc (1987) nos diz que Fidel acreditava que Kennedy, não sendo morto, rumaria em tal direção. Os humores antiamericanistas, de um lado, e anticastristas, de outro, foram fruto da disputa política que se desenvolveu com os anos, e não um fatalismo.

### Capítulo III – A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E A REVOLUÇÃO CUBANA – entre condecoração a Che e condenação do comunismo cubano

Emerge, em nossa leitura da Guerra Fria na América Latina, um cenário composto: os países da região buscam superar o subdesenvolvimento; a abertura comercial para o mundo socialista agiria em favor disto; os Estados Unidos, força financiadora de ditaduras golpistas e por isso odiada, interessavam-se por evitar esse movimento; um país pequeno, a ilha de Cuba, decidiu conquistar a soberania pela revolta armada. Era uma realidade explosiva e que traria mudanças, e os EUA se esforçavam para que essas não tomassem a forma de mais revoluções no continente. Movido por esse intuito, o governo Eisenhower prestou apoio logístico, militar e financeiro a mercenários cubanos que haviam se mudado para os EUA e que organizavam-se para tentar derrubar Fidel Castro. O plano, explica Szulc (1987), era estabelecer uma espécie de governo alternativo após uma invasão à Cuba, e o esforço ficou conhecido como a invasão à Baía dos Porcos (ou à Playa Girón).

O grande dilema de Washington, naquele momento, era definir o quanto os EUA poderiam sujar as mãos num exercício como esse. Se era verdade que os cubanos anti-castristas jamais conseguiriam levar a cabo essa missão sozinhos, também era verdade que um ataque a Cuba francamente apoiado pelos EUA tornava real os pesadelos latino-americanos sobre o imperialismo ianque<sup>21</sup>, e uma onda ainda maior de apoio a Castro poderia surgir. Muito perigoso agitar os ânimos, transformar Cuba numa ilha de mártires, ou pior, num governo vitorioso. A máquina de Estado gringa, porém, foi seduzida a exercer sua vocação de Golias.

A saída do republicano Eisenhower em 1961 e sua substituição pelo jovem democrata John F. Kennedy, que havia derrotado em votos Nixon, poderia servir de freio ao plano mirabolante contra Cuba que, em grande medida, era escrito pela Agência Central de Inteligência (CIA), diz Szulc (1987). Kennedy estava atento à insatisfação

---

<sup>21</sup> O termo “Yankee”, ou, aportuguesado, “ianque”, é comumente utilizado para se referir aos nascidos nos Estados Unidos. Dentro dos EUA, porém, surge entre os confederados do Sul para designar os inimigos nortistas da União. Tipicamente é uma expressão de desprezo, ofensiva. Aparece na expressão “Yankee, go home!”, um protesto contra políticas intervencionistas estadunidenses ao redor do mundo. A frase foi utilizada pela primeira vez pela juventude da Alemanha Oriental, em marcha por Berlim, em 28 de maio de 1950. (“YANKEE, GO HOME!” **The Big Apple**. Disponível em: <[https://www.barrypopik.com/index.php/new\\_york\\_city/entry/yankee\\_go\\_home/](https://www.barrypopik.com/index.php/new_york_city/entry/yankee_go_home/)>. Acesso em: 01/02/2023).

latino-americana em relação aos EUA, e se mostrava disposto a mudar a política externa de seu país. Havia, porém, o risco já manifesto durante sua eleição de parecer muito moderado diante do comunismo, cúmplice da disseminação da ideia vermelha em outros países da América. Além do mais, é razoável pensar que Kennedy realmente imaginava estar devolvendo a democracia e a liberdade a Cuba ao derrubar Fidel. Como isso se daria a partir de um ataque de gângsteres é mais difícil compreender. Outro fator interessante é a elaboração do discurso golpista da CIA, que, consciente da popularidade de Castro e do ódio a Batista entre os cubanos, não planejava instaurar um governo que propagasse anticomunismo de maneira messiânica, mas sim que utilizasse a máscara da liberdade e da defesa da democracia. Mais do que isso, a CIA objetivava pintar Castro como um traidor dos princípios revolucionários, que precisava agora ser substituído por atores políticos que não corrompessem seus ideais para alinharem-se ao totalitarismo soviético, como Fidel supostamente fizera (BANDEIRA, 2009).

Quintaneiro (1988) explica que uma hipotética invasão norte-americana a Cuba era discutida na Câmara dos Deputados do Brasil meses antes de realmente ocorrer. Isso porque a possibilidade já era aventada pela imprensa nacional e internacional, e denúncias de treinamento de tropas paramilitares na América Central, provavelmente em preparo para ataque a Castro, eram analisadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em reportagem do Correio da Manhã do dia 9 de abril de 1960, Márcio Moreira Alves faz um breve resumo da história e da política externa cubana, e após disse ter perguntado a Guevara:

“O senhor acha que os Estados Unidos estão-se preparando para invadir Cuba?”  
– “Não acho, tenho certeza, respondeu. De onde virá o golpe, como e quando não sei. Mas que vem, vem.” (MOREIRA ALVES, 1960, p. 10)

Na mesma matéria, Alves interpreta o fenômeno cubano à luz de outras revoluções:

Tôda revolução, pela própria força dos princípios ideológicos que a impulsionam, tende a expandir-se. Levar a bandeira rubra da revolta a outros povos foi o que fez a Revolução Francesa e a Russa. Para a América Central de hoje, talvez a revolução de Fidel tenha o mesmo significado que a Revolução Francesa teve para a Alemanha no princípio do século passado. (sic) (MOREIRA ALVES, 1960, p. 10)

O medo norte-americano da expansão do comunismo, na leitura do jornalista, tinha fundamento – não pela personalidade das lideranças cubanas, mas sim pela própria dinâmica do evento revolucionário. Nossa pesquisa, entretanto, destaca a característica móvel da estratégia cubana. Interessamo-nos pelo que Piglia (2006) diz sobre o combate

sempre em movimento: “A pulsão territorial, a ideia de um ponto fixo, está sempre à espreita. Porém, ao contrário da experiência política clássica, o fato de acumular e de possuir alguma coisa própria supõe o risco imediato.” (PIGLIA, 2006, p. 92). O eterno caminhar dos guerrilheiros das *sierras*, impedindo qualquer tentativa de cercar a guerrilha, argumentamos, fazia sentido não só no espaço de conflito em Cuba (onde de fato redundou em vitória), mas também em nível internacional, isto é, a revolução se veria cercada caso não corresse por mais partes da América Latina, e isso ofereceria dificuldades políticas, econômicas, etc. Era o que Guevara e Castro pareciam pressentir, e possivelmente explica parte do ímpeto de passar por cima de fronteiras nacionais.

Márcio Moreira Alves (1960), ao sugerir que há tendência de a revolução cubana buscar espalhar-se como outras, não utiliza sua matéria para justificar intervenções estrangeiras na ilha caribenha. Ao contrário, dedica bom espaço para demonstrar as origens do antiamericanismo de Fidel, recuperando o histórico intervencionista dos EUA contra Cuba. Além desse fator, pode-se dizer que a proximidade entre os dois países e o mal-estar do governo estadunidense com os parceiros internacionais de Castro – isto é, os soviéticos – faziam a invasão prevista por Che parecer um passo lógico. Com nova ousadia, a revolução cubana, naquele ano, mexeu no vespeiro do petróleo norte-americano. Quando as instalações da Texaco, Esso e Shell recusaram-se, em junho de 1960, a refinar petróleo da URSS em Cuba, Fidel nacionalizou-as. Em resposta, a administração Eisenhower encerrou na prática as importações de açúcar cubano pelos EUA, sumindo com a principal fonte de renda da ilha. Mais adiante, incentivou outras empresas de capital estadunidense a deixarem Cuba. Fidel nacionalizou todas (BANDEIRA, 2009). O açúcar cubano não ficou sem destino. Foi comprado pela China e pela URSS, e Kruchev “[...] respaldou o governo revolucionário de Castro com todo o peso do seu poderio nuclear, contra qualquer intervenção armada dos Estados Unidos” (BANDEIRA, 2009, p. 261).

Para completar o quadro de previsibilidade da investida contra Cuba, vale citar o encontro de Adolfo Berle Jr., nomeado Conselheiro em Assuntos Latino-Americanos por Kennedy, com Jânio Quadros e Afonso Arinos. Berle fez visita oficial ao Brasil em fevereiro de 1961, oferecendo 300 milhões de dólares como suborno para que o país apoiasse uma invasão contra Cuba, segundo o embaixador John Moors Cabot, testemunha da oferta, como conta Quintaneiro (1988). Berle teria informado a Arinos que os EUA preparavam uma ofensiva “democrática” para derrubar não só Fidel Castro como também Rafael Trujillo, ditador dominicano, e François Duvalier, ditador haitiano. O chanceler

brasileiro recusou-se a apoiar qualquer aventura do tipo. Em reunião seguinte, dessa vez com Jânio Quadros, Berle recebeu uma recusa ainda mais dura à sua sugestão de unir os países da América Latina contra o governo cubano. O presidente brasileiro insistiu no princípio da autodeterminação dos povos apregoado por sua política externa, e deu caráter pitoresco à reunião, como tinha mania de fazer. Segundo relato do próprio Quadros, “Despedi-me dele sem lhe apertar a mão e ele tão atarantado ficou que abriu a porta errada: ao invés de sair para o corredor, entrou no meu banheiro” (QUINTANEIRO, 1988, p. 43).

O relato do presidente, segundo Moniz Bandeira (2009), é falso. Mais importante que sua veracidade, porém, é o quanto ele revela da visão do governo brasileiro acerca das atitudes dos EUA na América Latina. Nem mesmo uma oferta de centenas de milhões de dólares fez o país apoiar as aventuras que estavam sendo propostas pelos gringos. Seguindo o raciocínio de Maia Neto (1965), que ressalta as causas materiais da Política Externa Independente, é possível pensarmos que o Brasil achava a iniciativa dos EUA demasiado custosa para a soberania dos latino-americanos, e que portanto não valia a pena nem por US\$ 300.000.000; ou, em ponderação semelhante, que aquele tipo de “compra de opinião”, mesmo que viesse acompanhado de alta cifra, minava a soberania nacional ao invés de alavancá-la, contrariando os objetivos almejados pelo Brasil; ou ainda que os princípios mais destacados da PEI, como a defesa da autodeterminação dos povos e da não-intervenção, não estavam à venda de forma alguma. A postura do governo brasileiro leva a crer que todos esses elementos estavam presentes e exerceram influência no comportamento dos atores políticos nacionais. O que é absolutamente claro é a impressão brasileira de que, por qualquer razão que fosse, os EUA estavam entrando pela porta errada ao buscarem uma intervenção em Cuba.

O ataque à ilha estava de tal modo anunciado que os EUA haviam perdido há muito qualquer possibilidade de vantagem por “fator surpresa”. Fidel Castro, que possuía a qualidade de ser subestimado pelos inimigos, estava mais do que preparado para defender-se. Não só o tempo, mas a experiência militar atuava em seu favor. Como argumenta Szulc (1987), Fidel é, dentre os famosos revolucionários do século XX, talvez um daqueles que tenha visto a violência mais de perto. Nem Lênin, nem Stálin, nem Tito, nem Mao estiveram na linha de frente em empreitadas militares da forma como Castro esteve durante a guerrilha nas Sierras. Duas semanas antes da invasão dos mercenários, que já se esperava a qualquer momento, Fidel fez uma de suas visitas periódicas a Ciénega de Zapata, na mesma região da Baía dos Porcos. Ao inspecionar a construção de uma vila

turística na entrada da baía, Castro virou-se para um jornalista cubano que o acompanhava e disse: “Sabe, este é um ótimo lugar para um desembarque... Devemos colocar uma metralhadora pesada calibre .50 ali, só por precaução.” (SZULC, 1987, p. 643)

A hesitação de Kennedy também foi favorável a Castro, compreende o biógrafo. O presidente americano não teve a audácia de cancelar os planos de invasão, mas também não foi frio o suficiente para permitir o apoio dos EUA aos mercenários à toda força. Talvez pior do que a não invasão, Kennedy tornou-se o presidente que promoveu uma invasão fracassada contra Cuba, criando uma enorme peça de propaganda para Castro e envergonhando os Estados Unidos, não contribuindo em nada para apagar sua imagem de alguém que era *soft* com os comunistas. Logo após as notícias da invasão circularem na imprensa mundial, bem como a subsequente derrota da empreitada, o governo dos EUA tentou imputar a iniciativa totalmente nos exilados cubanos, mas Kennedy logo se viu obrigado a assumir a autoria estadunidense dos planos (QUINTANEIRO, 1988). Essa trama, “herança maldita” de Eisenhower, não seria facilmente digerida pelo seu governo.

O início da operação, informa-nos Szulc (1987), se deu no dia 15 de abril de 1961, com o bombardeio dos aeroportos de Santiago de Cuba, San Antonio de los Baños, Cienfuegos e Havana por oito aviões do tipo B-26, pilotados por exilados cubanos. Os canhões antiaéreos do país, porém, contiveram boa parte dos danos. Carlos Jacyntho de Barros, encarregado de Negócios do Brasil em Cuba, descreveu o ataque aéreo como um “excelente aviso”. Na verdade, desde o dia 13, mais de 100.000 cubanos suspeitos de simpatizar com a contrarrevolução foram presos antecipadamente em campos esportivos, teatros e locais semelhantes. Dezenas de dirigentes da contrarrevolução, que preparavam levantes internos, foram fuzilados naqueles dias. Os invasores ficaram politicamente órfãos.

Fracassou também a tentativa de anunciar os pilotos dos B-26 como desertores da força aérea cubana que haviam se revoltado contra o regime. A ideia era que os aviões – que eram dos EUA, mas a CIA decorara com as insígnias de Cuba – cortassem o céu da ilha e pousassem em Miami emitindo um pedido falso de ajuda, contribuindo com a impressão de que uma revolta interna emergira. A versão só enganou o embaixador americano na ONU, Adlai Stevenson, que não havia sido avisado da mentira, e contestou a versão do ministro cubano Raúl Roa quando este acusou os EUA de estarem por trás dos ataques iniciados. Um último problema político crucial na operação contra Cuba foi o fato de que, ao contrário do que estava planejado de início, Fidel Castro não havia sido

assassinado. A CIA desejava que ele morresse antes ou durante a invasão, para causar caos político apropriado para o ataque (SZULC, 1987).

Exceto pelas forças conservadoras latino-americanas, como a UDN no Brasil, houve reação em uníssono de solidariedade à Cuba depois da derrota dos mercenários. Jânio, eleito em aliança com a UDN, redigiu um telegrama a Ciro de Freitas, embaixador brasileiro na ONU, repudiando a agressão, mas Quintaneiro (1988) conta que seu teor foi considerado radical demais por Afonso Arinos. Vê-se que a gestão Kennedy, cuja retórica implicava um tratamento menos agressivo contra a América Latina, havia arranhado a própria imagem. O fiasco da Baía dos Porcos, somado ao conjunto de alertas claríssimos dos povos e líderes latino-americanos, que, como JK, insistiam na necessidade de mudança da atitude dos EUA para com os vizinhos, culmina na Conferência Econômica Interamericana de Punta del Este, em que os governos da América Latina, junto aos EUA, discutem uma correção de rota: a Aliança para o Progresso. O governo estadunidense abria, com a Aliança, um programa de assistência ao desenvolvimento para os países da América Latina, despertando finalmente para as graves injustiças da região, que eram, na leitura de JK e de outros, causa da situação explosiva da política local e campo aberto para o crescimento de “ideias exógenas” germinadas em Moscou, como exposto anteriormente (QUINTANEIRO, 1988).

Com atraso, Juscelino foi ouvido. Mas a política estadunidense não repetiu a proposta da Operação Pan-Americana que ele defendia. Vizontini (1994) explica que, diferente da OPA, a Aliança para o Progresso priorizava capitais privados e relações bilaterais, enquanto que a primeira “ênfatizava a utilização de capitais públicos e a multilateralização das relações interamericanas” (VIZENTINI, 1994, p. 103). As diferenças na abordagem possuem perfeito sentido lógico se observarmos os objetivos de cada um dos projetos. Ressaltamos que, enquanto a OPA era um plano latino-americano para a conquista da soberania e a integração regional, fortalecendo o poder de alavancagem da economia pelos Estados e o poder de barganha dos países frente aos EUA, a Aliança para o Progresso, embora também preocupada em amainar a pobreza, não objetivava realizar isto junto a um ganho de soberania latino. Ao contrário, buscava melhorar a imagem dos EUA no continente e tornar as economias locais preparadas para enroscar-se ainda mais com negócios envolvendo os norte-americanos e suas multinacionais, sem promover qualquer integração na América Latina que fortalecesse demais o poder de negociação dessas nações face aos EUA. Nos termos de Frank (1967): desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Diante do cenário já desenhado, era presumível que o fogo se alastrasse na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), onde a Aliança foi discutida. O Ministro da Economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, não deixou de notar que a Aliança pretendia, dentre outras coisas, isolar a ilha rebelde do resto da América Latina, comprar os países contra o governo cubano. Cuba não só não estava na lista para receber a “bolsa de ouro” dos EUA a que Guevara se referiu em discurso, como também estava prestes a ser expulsa da OEA, dada a pressão que a diplomacia estadunidense exercia nos demais países para tal. Isso ocorreria no ano seguinte, quando a reticência de certas nações, inclusive do Brasil, é finalmente vencida. O incendiário Che, que não poupava críticas nem aos aliados de guerrilha, fala em contraposição ao discurso dos EUA, que visava afastar qualquer coisa semelhante à revolução cubana do restante da América Latina.

Em 16 de agosto de 1961 é assinada a Carta de Punta del Este, como ficou conhecido o documento resultante daquela reunião do CIES. Com o voto brasileiro, era aprovado o texto de “Estabelecimento da Aliança para o Progresso dentro da estrutura da Operação Pan-Americana.” Muito notável é o seguinte item da lista de objetivos da Aliança:

6. Impulsionar, respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral encaminhada à efetiva transformação, onde fôr necessária, das estruturas e dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição de seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base de sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1961, p. 11)

Há aqui, numa plataforma proposta pelos EUA, algo que chamaria atenção em outros tempos, e é ainda mais curioso dentro do clima de antipatia contra a revolução cubana – que, segundo o próprio Guevara, emergira de um programa de reforma agrária e foi se radicalizando: “*una reforma agraria, antifeudal e antimperialista (...) fue transformandose por imperio de sua evolución interna y de agresiones externas en una revolución socialista*” (BANDEIRA, 2009, p. 346). É razoável deduzir que a pressão cubana introduzida nas relações da América levou os EUA a propor ações efetivas contra a miséria e a desigualdade, antes que comunistas o fizessem.

No caminho de volta a Cuba, Che Guevara foi recebido por Jânio Quadros no Brasil e condecorado com a Grã-Cruz Ordem do Cruzeiro do Sul. Além de uma expressão típica da personalidade do presidente gramático, esse gesto afirmava a soberania nacional, pois tanto Quadros quanto Kennedy sabiam o que significava aquele encontro após a



invasão à Baía dos Porcos, à aprovação da Aliança sem a assinatura de Che, e à crise do governo de Frondizi que se iniciava pelo seu recente encontro com Guevara na Argentina. Cuba e Estados Unidos eram agora inimigos. O Brasil não era aliado incondicional nem de um nem de outro. Apesar de uma condecoração como aquela ser atribuível à preferência pelo espetáculo do chefe do Executivo, vemos que era também sintoma da Política Externa Independente. Mesmo que, como Maia Neto (1965), entendamos que a PEI fosse motivada pela busca de maior poder de barganha e auxílio econômico frente aos EUA, a Aliança para o Progresso não havia comprado inimizade brasileira com Cuba (BANDEIRA, 2009).

Jânio Quadros, nesta marcha, inflamava os ânimos de seus adversários. A terceira página do jornal O Estado de São Paulo, do dia 20 de agosto de 1961, trouxe longa matéria expondo todo o descontentamento do veículo, e de forças políticas de convicções similares – como a UDN – em relação à política externa de Jânio. Logo no início, o jornal afirmava: “Dir-se-ia que estamos em vésperas de sérios acontecimentos. Essa intranquilidade procede, antes de tudo, da dúplici atuação do governo federal nos campos da política interna e externa do País” (NOTAS...,1961, p. 3). É demonstrada uma insatisfação com a política exterior, que, segundo o jornal, era mais tendente “para a esfera moscovita do que para a esfera ocidental”. Quadros é acusado de minar o sistema partidário brasileiro, com vistas a criar um governo pessoal: “Consequentemente, a continuarem as coisas como vão, não há dúvida absolutamente nenhuma de que o terreno se tornará propício a um golpe”. Essa acusação será seguida de um trecho sincero do jornal, mostrando antecipadamente certas inclinações de parte da imprensa brasileira da época para com o autoritarismo anticomunista:

Este [o golpe], de resto, será o resultado lógico e inevitável das incoerências que por ai vão. Convença-se, porém, o sr. presidente da República de que ele não será dado em seu proveito. Destruídas as bases partidárias e anulado o Parlamento, o País cairá mais uma vez sob o domínio da ditadura. E esta, naturalmente, não irá cair nas mãos de quem s. exa. suponha, mas nas de um elemento do único poder que até aqui vem escapando à desintegração geral. Essa ditadura sairá, forçosamente, de uma das corporações das nossas Forças Armadas. Porque só a outro Deodoro ou a outro Floriano caberá a missão de evitar que um levante no Nordeste ou alhures, enquadrado por organizações comunistas, em franca atividade no País, reedite no nosso território a façanha de Fidel Castro nas montanhas de Cuba. (NOTAS E INFORMAÇÕES in O Estado de São Paulo. São Paulo, 20/08/1961, p. 3)

Embora o veículo não endosse expressamente o golpe de Estado que prenuncia, este é mostrado como um remédio incontornável frente à suposta atuação do comunismo no Brasil.

O ministro Afonso Arinos também não é poupado:

Qualquer observador alheio à vida partidária brasileira estaria no direito, em face das afirmações do sr. Afonso Arinos, de concluir que a formação de s. exa. é marxista, pois nas suas palavras nada revela o membro de uma agremiação demo-liberal como o é a UDN. (NOTAS E INFORMAÇÕES in O Estado de São Paulo. São Paulo, 20/08/1961, p. 3)

O jornal refere-se a declarações de Arinos sobre Cuba, em defesa da autodeterminação da ilha e de seu direito de existir e conviver com os outros Estados do hemisfério. Tal posição, assim como a homenagem de Quadros a Che Guevara, é para o jornal forma de abdicar das convicções nacionais:

E é isso, em última análise, o que vem fazendo, conscientemente ou não, o governo Federal na distribuição de condecorações a granel em particular a figuras de segundo porte de países pertencentes a blocos de nações contrárias àquele que integramos, como parte que somos do mundo livre, ou inimigos declarados da democracia, como no caso específico do ministro “che” Guevara. (sic) (NOTAS E INFORMAÇÕES in O Estado de São Paulo. São Paulo, 20/08/1961, p. 3)

Em mais um trecho da longa matéria, o jornal discorre a respeito do que entende como propaganda soviética no contexto internacional:

É uma pressão formidável também porque a propaganda de Moscou explora, na Ásia e na África, os complexos de inferioridade e os rancores do passado. Acontece assim que, excitados pelas sugestões moscovitas, muitos asiáticos e muitos africanos descobrem que ser livre e independente não basta; que essa independência e essa liberdade devem ser ‘demonstradas’ contra os donos de ontem; que precisa humilhar o orgulhoso ocidente sem o que os recalques não serão desfeitos. (sic) (NOTAS E INFORMAÇÕES in O Estado de São Paulo. São Paulo, 20/08/1961, p. 3)

É relevante para o presente trabalho deter-se na análise do conjunto de trechos da matéria do Estado de São Paulo, pois eles constroem um panorama bastante amplo das opiniões do jornal sobre temas pertinentes à política externa brasileira. Em primeiro lugar, há reprovação clara da Política Externa Independente. As tentativas de Arinos de conciliar o governo revolucionário cubano com as outras nações do hemisfério são criticadas. Portanto, embora o jornal afirme recomendável que o país mantenha equidistância das potências soviética e estadunidense, a verdade é que em nossa visão ele se alinha a Washington, desejando a condenação de Cuba no lugar da condecoração de Che. Além disso, surge uma assombrosa complacência com a hipótese de um golpe das Forças Armadas, para evitar a ameaça comunista concentrada no Nordeste que o veículo afirma haver. Tendo isso em vista, é muito plausível que as dificuldades que João Goulart enfrenta para assumir a presidência quando da renúncia de Jânio foram provocadas não só pelo fato de que viajara à China comunista, nem apenas pela hostilidade de militares e da classe dominante brasileira para com sua figura, mas também por insatisfação desses

dois estratos com políticas progressistas que, no governo Quadros, centravam-se principalmente na política exterior. Relevante também é a postura do jornal diante dos países africanos e asiáticos, mostrados como vulneráveis à propaganda soviética, que espertamente se vale do “complexo de inferioridade” e “rancores do passado” das ex-colônias em relação ao Ocidente. Ou seja, para o jornal, a proximidade de algumas nações do Terceiro Mundo para com o bloco socialista, ou a indignação destas para com o capitalismo ocidental, tem caráter emocional, não é uma postura baseada na leitura pela razão do que há de concreto nas relações exteriores dos países. Está claro, neste cenário, quais são as posições que O Estado de São Paulo considerava como válidas ou inválidas no âmbito da política externa.

Mais relevante se tornou a menção jornalística a um possível golpe das Forças Armadas depois que ele foi tentado poucos dias após. Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, renuncia ao cargo de Presidente da República do Brasil. Este deveria ser ocupado pelo seu vice-presidente, João Goulart. Na noite anterior ao fato, na televisão, Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara e liderança conservadora, havia, tal como o jornal O Estado de São Paulo, denunciado possível tentativa de golpe do presidente Quadros. Segundo Moniz Bandeira (2009), Jânio quisera, de fato, aumentar seus poderes, pois, presumindo que a posse de João Goulart não seria aceita, o Congresso outorgaria a Jânio poderes legislativos, de modo a resolver o impasse político.

A ascensão de Goulart foi mesmo embaraçada, mas a renúncia de Quadros não. O impasse se resolveria sem ele. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, divide as forças armadas, levantando o III Exército na Campanha da Legalidade para apoiar Goulart. Sua posse ocorre após assentir com o parlamentarismo. O presidente argentino, Arturo Frondizi, previra e comentara com Afonso Arinos que os militares, em seu país e no Brasil, buscariam promover golpes de Estado. As duas nações defendiam a soberania de Cuba e, ainda que a Aliança para o Progresso tivesse como um de seus pressupostos não reconhecer governos instaurados pela força, seguir-se-á desde esse tempo um período, explica Bandeira (2009), em que os EUA incitarão diversos golpes pela América Latina. Explica:

A renúncia de Quadros, em 25 de agosto de 1961, e a subsequente tentativa de golpe militar contra a ascensão de Goulart ao governo, configuraram não apenas um fenômeno interno do Brasil, mas a primeira manifestação mais espetacular de uma crise continental, que começava a estremecer os regimes democráticos na América Latina, onde o conflito entre Cuba e Estados Unidos, exprimindo e aguçando suas próprias contradições sociais, tornara-se, igualmente, um problema de política nacional. (BANDEIRA, 2009, p. 357)

O gesto de Leonel Brizola em favor de seu cunhado Jango antecipou este cenário. Golpe adiado, o governo parlamentarista de Goulart compõe um novo ministério, e quem sucede a Arinos nas Relações Exteriores é San Tiago Dantas. Ele também precisará ir a Punta del Este falar de Cuba, na VIII Reunião de Consulta dos chanceleres Americanos, entre 23 e 31 de janeiro de 1962. A postura do ministro esteve em sintonia com a política de Arinos, por isso a atuação tanto de um quanto de outro classificar-se-á como parte da Política Externa Independente.

San Tiago Dantas votará contrário a quaisquer medidas que ferissem o princípio da não-intervenção, inclusive sanções contra Cuba que, ao invés de harmonizarem as relações interamericanas, apenas agitariam a opinião pública no Brasil e em outros países. Em lugar disso, diz Bandeira (2009) o chanceler do governo do presidente Goulart – e do primeiro-ministro Tancredo Neves – defendeu a constituição de uma Comissão Especial que definisse limites e obrigações para Cuba, para fazê-la respeitar as instituições e governos de outros Estados, não ameaçando o sistema americano. Como princípios, San Tiago Dantas defendia:

1) compromisso de não contrair alianças militares com quaisquer potências ou grupos de potências; 2) limitação de armamentos, mediante o estabelecimento de certas garantias, como o compromisso de não intervenção pelos Estados Unidos; 3) abstenção de propaganda política e ideológica e de qualquer atividade no exterior que pudesse ser considerada subversiva ou contrária às instituições e governos de outros Estados. (BANDEIRA, 2009, p. 387)

O ministro também falou a respeito do TIAR, afirmando que suas normas não poderiam ser invocadas sem que houvesse um evento específico, imputável a um agente e que causasse dano ou perigo. O fato de um país abandonar os princípios democráticos não previa coerção ou sanção em qualquer tratado. Além disso, tal como Ernest Hemingway, que vivia na ilha, San Tiago Dantas argumentou que o isolamento de Cuba pelo Ocidente implicaria jogá-la nos braços soviéticos (BANDEIRA, 2009).

Para Franchini Neto (2005), San Tiago Dantas propunha para a questão cubana uma “finlandização” da ilha, isto é, uma solução que se assemelhava ao que foi feito no caso da Finlândia após a 2ª GM. Enquanto que a Finlândia, país considerado do campo democrático, capitalista, foi aceita pela URSS e manteve relações políticas, econômicas e militares com a potência socialista sob a condição de permanecer neutra, ou seja, de não tomar partido dentro do contexto da Guerra Fria, Cuba poderia, por sua vez, ser um Estado socialista aceito no sistema interamericano, permanecendo na OEA e preservando suas relações com os demais países da região, desde que não buscasse estimular a propagação do socialismo em outras nações e nem se alinhasse ao poder soviético no cenário do

mundo bipolar da época. Desse modo, a ilha cubana, comprometida com tais obrigações negativas, teria sua soberania respeitada, não sofrendo intervenção externa ou qualquer tipo de sanção por conta de seu regime político.

A posição brasileira encontrou apoio entre os grandes países latino-americanos. Os EUA, entretanto, insistiam na proposta de sanções, e seu representante Dean Rusk “insinuara, ameaçadoramente, que a vitória dos Estados Unidos na VIII Reunião de Consulta era condição *sine qua non* da Aliança para o Progresso.” (BANDEIRA, 2009, p. 389) A teimosia brasileira o fez recuar, pois, apesar de os EUA contarem de partida com 13 votos para a aprovação de sanções e outras medidas contra Cuba, faltando apenas um voto, o cenário não era fácil:

Não lhes convinha, contudo, obter a vitória somente com o apoio de inexpressiva maioria, composta pelos pequenos países da América Central e do Caribe, governados por oligarquias que a Aliança para o Progresso se propunha a derrubar, contra a opinião de 2/3 da América Latina, representados, sobretudo, pelo Brasil, México e Argentina, além da Bolívia, Equador e Haiti. Este desfecho configuraria a divisão do sistema interamericano e um triunfo político e moral de Fidel Castro. (BANDEIRA, 2009, p. 389)

Rusk retirou as sanções de seu discurso, levando adiante em texto submetido ao plenário: a incompatibilidade do marxismo-leninismo com os princípios do sistema interamericano; a incompatibilidade do governo cubano com o mesmo sistema, visto que era marxista-leninista; a exclusão do governo cubano, por esse motivo, do sistema; a recomendação ao Conselho da OEA e órgãos e agências para que tomassem as providências necessárias ao cumprimento da Resolução. O Brasil, o México, a Argentina, o Chile, o Equador e a Bolívia aprovaram os dois primeiros e se abstiveram quanto aos dois últimos itens. Além disso, Cuba foi expulsa da Junta Interamericana de Defesa – sem o voto do Brasil.

A expulsão do governo cubano da OEA foi aprovada por estreitos 14 votos, dentre eles o do Haiti, a quem Rusk e DeLesseps S. Morrison, embaixador dos EUA na OEA, prometeram U\$ 5 milhões em financiamento de um aeroporto em Porto Príncipe. A Resolução tomou o cuidado de expulsar o governo, não o país, da Organização, tentando deslegitimar o comando de Castro em Cuba. Este havia enviado a Goulart um pedido para que o Brasil se opusesse a tal expulsão (BANDEIRA, 2009). O Brasil, junto ao México, à Argentina, ao Chile, à Bolívia e ao Equador, no entanto, se absteve. San Tiago Dantas era, como exposto anteriormente, contrário à ideia de se excluir o governo cubano da OEA. Sua proposta de neutralização da ilha se viu, porém, numericamente derrotada, de

tal forma que o representante brasileiro optou por se abster na votação, mas enfatizando o seguinte sobre as considerações que expusera:

[...] la Delegación del Brasil reafirma la legitimidade de los fundamentos jurídicos de la posición adoptada por su país em lo que respecta a la Resolución VI de la Octava Reunión de Consulta, posición que expuso extensamente el Ministro de Estado de Relaciones Exteriores del Brasil en declaraciones que formuló durante las sesiones celebradas por la Comisión General, los días 24 a 30 de enero de 1962. (ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, 1962, p. 300)

Mesmo que não com todas as sanções que desejava, a diplomacia estadunidense havia conseguido, por fim, remover o país liderado por Fidel Castro da OEA. Amargo foi, porém, para os EUA, o que aconteceu no Rio Grande do Sul em 17 de fevereiro de 1962. O presidente da International Telephone and Telegraph enviou telegrama urgente a John F. Kennedy: a subsidiária de sua empresa naquele estado brasileiro havia sido encampada (QUINTANEIRO, 1988). O governador Leonel Brizola, que buscara resolver a situação das telecomunicações gaúchas – consideradas catastróficas – por meio da criação da Companhia Riograndense de Telecomunicações, que seria de economia mista e com participação da IT&T, se surpreendeu quando, com o avançar das negociações, a IT&T pareceu sabotar o andamento da proposta, aguardando o fim do mandato de Brizola para que a ideia não se concretizasse (SILVA, 2015).

Diante disso, o governador tomou decisão mais dura, transferindo as propriedades da companhia estrangeira para o Estado brasileiro. Na mensagem a Kennedy, o presidente da IT&T comparou a situação às desapropriações em Cuba, mas, embora JFK visse com gravidade o episódio, como expressou em diálogos seguintes com João Goulart, não aceitou que o caso servisse para suspender totalmente ao Brasil apoio econômico oriundo da Aliança para o Progresso, como foi sugerido na Câmara de Representantes e no Senado dos EUA, nem consentiu que se aplicasse um tratamento de choque ao governo brasileiro, distinguindo a situação de Castro da de Brizola, que para alguns, como para o presidente da IT&T, parecia se igualar naquele momento (QUINTANEIRO, 1988).

Nos bastidores cubanos, outras tensões se desenrolavam. O governo recrutou comunistas tradicionais para vários cargos, dentre eles Aníbal Escalante. Fundador do PSP, foi acusado por Fidel em 1962 de conspirar para sua derrubada, almejando substituir os guerrilheiros da Sierra por marxistas ortodoxos no comando do Estado. A União Soviética, que apoiava Fidel ao mesmo tempo que sentia dores de cabeça por seu temperamento insubmisso, quis imediatamente se desvincular o máximo possível do aparente golpe branco. O Comitê Central do Partido Comunista da URSS reconheceu

então o caráter socialista da Revolução Cubana, autorizou o jornal *Pravda* a endossar a expulsão de Escalante e, o mais fundamental, aprovou, em 12 de abril de 1962,

[...] o fornecimento de 180 mísseis SA-2, solicitados havia muito tempo por Fidel Castro, juntamente com uma bateria de mísseis para a defesa do litoral, assessores militares e um regimento do Exército soviético. (BANDEIRA, 2009, p. 444)

Kruchev, para além do jogo cubano, optou pelo envio dos mísseis depois de irritar-se profundamente com os EUA, que haviam tornado operacionais as cinco bases de lançamento de mísseis localizadas na Turquia, orientadas à URSS – Avila (2012) menciona armamento semelhante instalado também na Inglaterra e na Itália. Os EUA haviam, além disso, reiniciado testes atômicos no Pacífico e ampliado seu engajamento nos conflitos da Indochina (BANDEIRA, 2009).

Aviões U-2 estadunidenses sobrevoaram Cuba entre 14 e 15 de outubro daquele ano, captando imagens de bases de lançamento de mísseis balísticos na ilha. A CIA analisou os registros na noite do dia 15. McGeorge Bundy, conselheiro de segurança de Kennedy, informou o presidente a respeito na manhã seguinte (BANDEIRA, 2009). No mundo rachado da Guerra Fria, tomado por medo de um possível conflito entre EUA e URSS, duas potências nucleares, o episódio que ficou conhecido como a Crise dos Mísseis foi o momento de menor fôlego em todo o planeta. No dia 22 de outubro, o Embaixador brasileiro em Washington, Roberto Campos, informou ao Itamaraty haver grande expectativa na capital dos EUA, pois John F. Kennedy, até então em campanha eleitoral, retornara subitamente à cidade. Decisões de monta seriam tomadas, especulava-se, e haveria de ser a respeito de Berlim, ou dos conflitos entre China e Índia, ou, mais provavelmente, sobre Cuba, dizia Campos. No dia seguinte, uma quarentena contra a ilha foi anunciada pelos EUA, concretizando um bloqueio naval de todas as embarcações que se dirigissem à Cuba com material militar de natureza ofensiva, podendo ser estendidas a outros tipos de cargas (AVILA, 2012).

Na OEA, diz Fuentes (1995), o Brasil se absteve em votação que propunha uma intervenção contra Cuba, mas votou favorável ao bloqueio naval. Este seria suspenso em 29 de outubro, aliviando tensões. Logo após, o general Albino Silva, Chefe da Casa Militar da Presidência brasileira, foi o enviado especial de João Goulart a Havana, tendo o objetivo de dialogar com Fidel Castro e encontrar uma saída para a crise. Albino Silva e o comandante cubano reuniram-se por duas vezes na embaixada brasileira em Cuba, e, ao retornar ao Brasil, o general orgulhou-se de levar as conversações, até então centradas

na área militar, em direção ao diálogo na ONU, e de abrir espaço para que a proposta brasileira de neutralização de Cuba fosse ouvida mais atentamente.

Kruschev e Kennedy, porém, passaram por cima de qualquer ideia brasileira ou opinião cubana, negociando a retirada dos mísseis em troca da promessa de não-invasão de Cuba por parte dos EUA já quatro dias depois de decretado o bloqueio naval à ilha. O governo de Cuba esteve absolutamente insatisfeito com a rápida solução que EUA e URSS haviam encontrado, pois queria exigir, além da garantia de que não houvesse invasão, o fim do bloqueio econômico, de atividades subversivas e infiltração de espões dos EUA na ilha, das violações ao espaço aéreo e naval cubano, e a retirada das tropas estadunidenses da Base Naval de Guantánamo (FUENTES, 1995).

Assim como a Política Externa Independente, no Brasil, o socialismo indócil cubano tinha, dentre seus objetivos, o de afirmar a soberania nacional frente a um cenário difícil na América Latina. A Crise dos Mísseis ofereceu, na visão do governo de Fidel, uma chance de negociar com mais firmeza contra os EUA, e de superar alguns obstáculos impostos à Cuba por Washington. Essa oportunidade, da perspectiva castrista, teria sido jogada no lixo por Nikita Kruschev. Após a fase aguda da Crise dos Mísseis, as tensões entre Cuba e EUA (ou mesmo entre Fidel e EUA) ainda durariam décadas. O Brasil, entretanto, sofre um giro em sua política externa já no ano de 1964.

Acosado internamente, o governo de João Goulart foi golpeado em 1º de abril daquele ano, quando militares usurparam o poder, instaurando uma ditadura de 21 anos. Quinze dias após o golpe, o general Castello Branco é empossado. Seu governo cessará relações diplomáticas e consulares com Cuba. Nessa e em outras questões da política externa, o Brasil passará a alinhar-se com os EUA com grande frequência (QUINTANEIRO, 1988). Em edição de 14 de maio de 1964, a primeira página do Correio da Manhã diz: “BRASIL ROMPE RELAÇÕES COM CUBA”. No canto direito da página, o jornal informa: “Funcionários da Casa Branca expressaram, reservadamente, sua satisfação pela atitude do governo brasileiro” (sic) (ROMPIMENTO..., 1964, p. 1). Foi o fim da Política Externa Independente.



## **Capítulo IV – CUBA DE FIDEL E BRASIL DA PEI FRENTE À ORDEM BIPOLAR – uma leitura a partir de documentação do ACMRE**

Ao analisarmos a documentação produzida pela embaixada brasileira em Havana nos primeiros anos pós-revolução de 1959, foi-nos oferecido um ponto de vista privilegiado das relações entre Brasil e Cuba, assim como, em telegramas e ofícios de mesma origem escritos a partir do início da presidência de Jânio Quadros em 1961, obtivemos uma perspectiva bastante concreta da Política Externa Independente, atrelada ao dia a dia dos atores políticos envolvidos. Nossa dissertação compartilhará, neste capítulo, o conteúdo selecionado e análises do material considerado por nós mais relevante para o tema em foco, detendo-se especialmente nas grandes ocorrências da política latino-americana envolvendo Cuba revolucionária até 1964 – quando as relações Cuba-Brasil são cortadas pelo regime ditatorial que se instalou no país sul-americano.

Em 1960, no início do mês de julho, a carta-telegrama nº 77 da embaixada dos Estados Unidos do Brasil em Havana para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores alerta para o refino de petróleo soviético na ilha cubana, e para a intervenção em refinarias norte-americanas. Diz o documento: “Dia 29 [de junho], em face da negativa da Texaco em refinar o produto soviético, foi efetivada a intervenção em sua refinaria, terminais marítimas e escritórios” (sic) (MRE, CARTA-TELEGRAMA nº 77, 1960). E mais adiante: “Hoje pela manhã foi decretada a intervenção na Esso e na Shell, por se terem igualmente recusado a refinar petróleo russo” (MRE, CARTA-TELEGRAMA nº 77, 1960).

A questão do petróleo foi fundamental para o contexto latino-americano da época, pois, é bom lembrar, foi essa intervenção nas refinarias estrangeiras relatada pela carta-telegrama que motivou a interrupção da compra de açúcar cubano por parte dos EUA, iniciando o ciclo de restrições à economia da ilha que culminara em um bloqueio econômico do qual Cuba nunca mais se livrou. Outra carta-telegrama, tratando da “Política petrolífera da URSS”, dá mais detalhes desse embate fruto da Guerra Fria. Diz o documento que a empresa norte-americana Standard Oil ameaçou “[...] colocar em sua lista negra as companhias que transportarem petróleo para os soviéticos” (MRE, CARTA-TELEGRAMA nº 95, 1960). O embaixador brasileiro acreditado em Havana, Vasco Tristão Leitão da Cunha, que assinou a carta-telegrama, fez interessante análise sobre a situação. Para ele, a coexistência pacífica poderia terminar sendo causa de um

“predomínio comunista” (MRE, CARTA-TELEGRAMA nº 95, 1960) no mundo, pois, dada a capacidade de os soviéticos oferecerem petróleo com baixos preços, a URSS teria chances de prevalecer diante do Ocidente em uma guerra não armada, mas econômica. Diz o embaixador:

Lamentável é o contraste entre esta política e a atitude das companhias petrolíferas ocidentais, que, mais preocupadas com os resultados de suas contas de lucros e perdas, não se detêm ante os perigos a que fica exposta a segurança do mundo livre, abandonando, mesmo, como no caso de Cuba, todo um país e um Governo à dependência exclusiva e total dos fornecimentos soviéticos. (sic) (MRE, CARTA-TELEGRAMA nº 95, 1960)

Podemos observar, mesmo antes da PEI, uma condenação brasileira à ideia de se isolar Cuba do mundo ocidental.

Já durante a presidência de Jânio Quadros, em 16 de março de 1961, a embaixada brasileira em Havana informou por meio de ofício à Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil que Fidel Castro, em discurso proferido no dia 13 daquele mês e reproduzido no jornal cubano *REVOLUCION*, teceu críticas aos planos de auxílio econômico para os países latino-americanos do presidente estadunidense Kennedy. Segundo Fidel, essa seria uma tentativa do imperialismo de comprar a consciência da América Latina, mas que não daria certo, haja vista “[...] a vitória das forças esquerdistas no Chile e na Argentina” e “a digna atitude do Presidente Jânio Quadros em relação a Cuba” (MRE, OFÍCIO nº 44/900.1, 1961).

Não se precisa qual era o aspecto da atitude de Quadros que Fidel tinha em mente quando fez o elogio, mas é muito interessante observar a visão revolucionária cubana a respeito de sua política externa, considerando que nosso trabalho até agora deteve-se na visão brasileira sobre Cuba. O pronunciamento de Fidel Castro une a postura do presidente brasileiro em relação à ilha caribenha a um conjunto de indícios de que os Estados Unidos não mais teriam a capacidade de impor seus desígnios sobre a América Latina como antes. Parece-nos haver algum grau de desejo, para além de simples análise, na fala de Fidel.

Sendo o imperialismo ainda potente ou não, bombas continuavam destrutivas. Em telegrama de sábado, 9h e 30min do dia 15 de abril de 1961, a embaixada brasileira em Havana informava:

Aviões quadrimotores de procedência ignorada, e não identificados, atacaram, às 6,10 da manhã de hoje, o depósito de munições em Campo Columbus, situado próximo a residência da Embaixada. Pude ouvir perfeitamente os ruídos dos aviões, das bombas e dos disparos que se prolongaram por alguns minutos e, em seguida, durante cerca de uma hora, explosões e tiros de canhão. O comunicado oficial que ouvimos pelo rádio informa terem sido igualmente atacados, por aviões, vários pontos das cidades de Santiago de Cuba e Santo

Antônio de Los Banhos. Acrescenta o comunicado oficial que o ataque aéreo será denunciado perante a ONU pela Delegação Cubana, a qual acusará os Estados Unidos da América como responsável por esta agressão a Cuba. (MRE, TELEGRAMA nº 87, 1961)

As palavras são do encarregado de negócios do Brasil em Havana, Carlos Jacyntho de Barros, que acabara de ouvir a invasão da Baía dos Porcos começando. Vemos que este confronto não atingiu a diplomacia brasileira somente impondo uma situação tensa nas relações exteriores interamericanas, mas penetrou nos ouvidos dos que ocupavam a embaixada do país no dia do início do plano da CIA. No mês seguinte, no Brasil, o Itamaraty ouviu um outro estrondo. O telegrama nº 54 enviado pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores para a embaixada do Brasil em Havana dizia:

Muito agradecerá informar com precisão sôbre o que há de concreto e oficial na notícia, divulgada pelo rádio e pela imprensa, de que Fidel Castro proclamou a 1º de maio corrente a República Socialista de Cuba. (MRE, TELEGRAMA nº 54, 1961)

Este trabalho já demonstrou como a declaração do caráter socialista da revolução cubana, por si só, criava contendas no âmbito das relações latino-americanas, e que o Brasil viu-se sem o apoio necessário para defender suas posições sobre a questão cubana, em parte pelo que o termo “socialismo” incitava nos países-membros da OEA, por exemplo. Mas o telegrama pede informações também sobre supostas medidas do governo de Castro que preocuparam o MRE, como

[...] a suspensão de eleições, a secularização do ensino, e a expulsão do clero estrangeiro residente em Cuba. Em outras palavras, queremos informações sobre se Cuba foi oficialmente definida como República socialista, por qualquer ato administrativo do Govêrno (MRE, TELEGRAMA nº 54, 1961)

O socialismo, portanto, estava para além da proclamação de Castro, que todavia ainda era profundamente importante. Tanto assim que o tema volta a figurar nos documentos que pesquisamos. Em carta-telegrama de 27 de junho de 1961, a embaixada brasileira em Havana informou ao Itamaraty:

Falando a um grupo de jornalistas americanos declarou o Primeiro Ministro Fidel Castro que “a revolução cubana é socialista, porém Cuba não é um Estado socialista”. Acrescentou que, no momento o regimen não pretende promulgar uma constituição socialista para Cuba, porém não exclui a possibilidade de que o venha a fazer, futuramente (sic) (MRE, CARTA-TELEGRAMA nº 52, 1961)

Comprendemos que este manejo no mínimo criativo de Fidel para com a ideia de socialismo deveu-se às já mencionadas complicações que Cuba arrumaria para si ao intitular vermelho o seu Estado.

Figuraram, em telegramas da época, não só episódios que remetiam a grandes fatos da política externa. Também no cotidiano da embaixada brasileira há eventos que chamam atenção. Um deles é relatado pelo telegrama nº 202, de 2 de agosto de 1961. Conta o encarregado de negócios brasileiro, Carlos Jacyntho de Barros, que ele havia marcado de encontrar-se com o Comandante Guevara:

Recebi na residência da Embaixada e, a fim de evitar qualquer incidente desagradável, mandei pedir às asiladas e aos asilados que permanecessem em seus aposentos, o que de resto costumo fazer quando tenho visita. (MRE, TELEGRAMA nº 202, 1961)

Embora Barros não especifique quem são essas asiladas e asilados, pode-se inferir pelo teor do texto que são cidadãos cubanos que se opõem ao governo de Fidel, considerados contrarrevolucionários, e que enfrentavam algum tipo de julgamento por atos de sabotagem. Um telegrama anterior, de 2 de março do mesmo ano e também assinado por Carlos Jacyntho de Barros, parece confirmar nossa hipótese:

Um grupo de cerca de 100 pessoas fez hoje, às 19 horas, uma manifestação diante dessa Embaixada, protestando contra a concessão de asilo, por parte desta Missão Diplomática. Em cartazes, os manifestantes diziam que “enquanto o Presidente Jânio Quadros faz uma política progressista, a Embaixada do Brasil concede asilo a sabotadores criminosos” (MRE, TELEGRAMA nº 37, 1961)

E o telegrama do início de agosto faz relato de incidente que ocorreu quando asiladas viram Che chegar à embaixada em que estavam:

As asiladas, entretanto, que vivem no andar superior do edifício, em quartos que dão para o pátio central da casa, descobriram a presença de Guevara e fizeram-lhe uma demonstração de hostilidade que ultrapassou em muito as raias da má educação e total falta de respeito à Embaixada, para atingir a mais autêntica selvageria. As asiladas não só proferiram os mais pesados insultos em altos brados, mas lançavam, dos primeiros andares em direção ao pátio, pratos, garrafas, cadeiras, mesas, etc. A cena da entrada de Guevara se repetiu à saída, quando levei à porta onde o esperava sua escolta pessoal. (MRE, TELEGRAMA nº 202, 1961)

Para além da peculiaridade do caso, chama atenção os empecilhos que a diplomacia brasileira enfrentou ao buscar manter relações respeitadas com lados opostos da realidade política cubana. Não está distante do que vimos no âmbito das relações exteriores do Brasil daquele tempo no que diz respeito a Cuba e sua situação diante do chamado “mundo livre”. Conclui o encarregado de negócios: “Ficou patenteado que não mais poderei dispor da residência da Embaixada até o momento em que as fanáticas selvagens, que estamos abrigando, possam sair da Embaixada.” (sic) (MRE, TELEGRAMA nº 202, 1961).

Naquele mesmo mês, Che Guevara faria sua passagem pelo Brasil após a reunião da OEA em Punta del Este em que se aprovou a Aliança para o Progresso. Além de condecoração, Guevara recebeu um apelo do presidente Jânio Quadros, “[...] no sentido de ser modificado o tratamento hostil que vem sendo dado aos católicos em Cuba” (MRE, TELEGRAMA nº 121, 1961), transmitindo preocupações do Encarregado de Negócios do Vaticano no Brasil. A inquietude do Vaticano, reproduzida por Quadros, centrava-se no seguinte:

1) apropriação pelo Estado das escolas privadas católicas; 2) expulsão em massa de religiosos e religiosas estrangeiros; 3) proibição de comunicação entre os Bispos e os fiéis de suas dioceses através de pastorais ou outros documentos eclesiais normais. Guevara revelou simpatia pela gestão. (MRE, TELEGRAMA nº 121, 1961)

Assim informa a Secretaria de Estado das Relações Exteriores brasileira à embaixada do Brasil em Havana, em telegrama do dia 21 de agosto. Vemos que o Brasil, mesmo concedendo honrarias a esta importante figura política do governo cubano, não deixa de expressar algum desacordo com certas práticas que o poder revolucionário levava adiante na ilha.

Sabemos, como exposto anteriormente neste texto, que Jânio Quadros renunciara à presidência da República no dia 25 daquele agosto. Isso não passou despercebido por Fidel Castro, que, conforme diz a embaixada brasileira em Havana em telegrama de 1º de setembro, expressou o seguinte:

Fidel Castro, fazendo uma concessão, concedeu ontem longa entrevista em emissora de ondas curtas de rádio de Havana sobre a situação brasileira. Caracterizou a atual crise como consequência da ingerência do imperialismo norte-americano nos assuntos internos do Brasil. Esta política, segundo Fidel Castro, provocou a renúncia do Presidente Jânio Quadros e trata agora de impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart. Fidel Castro crê, contudo, que “o golpe por episódios”, que está sendo dado no Brasil pelo “grupo facista pró-imperialistas”, não terá êxito devido à força já demonstrada pela classe operária, estudantes e militares patriotas e democratas do Brasil e acrescenta que se os golpistas triunfassem, agora, teríamos, a prazo longo, o estabelecimento de um regime militar pró-imperialismo no Brasil; êste provocaria, inevitavelmente, a revolução que, esta sim, não seria derrotada sequer pelos exércitos da OTAN. (sic) (MRE, TELEGRAMA nº 236, 1961)

Jânio Quadros, não sendo um político de esquerda em seu país, é, não obstante, em virtude de sua política externa, visto por Fidel como o chefe de um governo que se opunha ao imperialismo. A conduta da PEI em relação à Cuba, podemos atestar, recebe a simpatia do Estado revolucionário cubano. Outro telegrama de setembro, dos dias 16 e 17, retorna à questão da perspectiva cubana em relação à política externa brasileira:

Importantes jornais, “El Mundo” e “Hoy”, este último órgão do Partido Comunista, dedicam hoje seu principal editorial à atitude do governo brasileiro sobreafirmar a defesa dos princípios de não-intervenção e auto-determinação dos povos, no editorial intitulado “Firme el Brasil”; o diário “El Brasil” comenta estar o novo governo disposto a manter a política exterior independente, seguida pelo Presidente Jânio Quadros, a qual contava e continua a contar com o apoio do povo brasileiro. (sic) (MRE, TELEGRAMA nº 247, 1961)

Mais adiante, as seguintes palavras do diário *El Brasil* são expressas no telegrama:

Não há a menor dúvida de que, atualmente, o Brasil está em condições de realizar essa política própria, sem ter que renunciar, por isso, a manter suas relações econômicas tradicionais na medida que lhes sejam úteis e participar dos hipotéticos benefícios da chamada “Aliança para o Progresso”. Tenho agora ocasião para dizer que Cuba se sente feliz que assim seja pois é bem sabido que nossa doutrina ignora o exclusivismo. (MRE, TELEGRAMA nº 247, 1961)

Encontramos aqui a política que havia sido empreendida pelo governo de Jânio Quadros sendo referida como uma “política exterior independente”, quase ganhando o nome com que ficaria conhecida depois. É possível inferir, no segundo trecho citado, uma alusão ácida às tentativas de isolar Cuba de países como o Brasil, como almejava a diplomacia estadunidense, em particular quando o diário diz que a doutrina cubana, em atitude contrária, “ignora o exclusivismo”. É fato, como demonstra o telegrama, que Cuba buscava aliados e não exigia, ou não estava em condições de exigir, que estes declinassem da Aliança para o Progresso.

Telegrama urgentíssimo é enviado pela embaixada brasileira em Havana ao MRE no dia 10 de outubro de 1961. Informa que o Ministro interino das Relações Exteriores de Cuba leu, diante de jornalistas e correspondentes estrangeiros, nota acusando os EUA de agressões contra Cuba:

[...] afirma estar-se desenvolvendo campanha no sentido de apresentar Cuba como país que intervém em assuntos de outros Estados, visando a que os Governos atingidos rompam relações com o Governo revolucionário. Assim, a nota focaliza os incidentes havidos entre o Governo cubano e os de Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Costa Rica e Peru, bem como as atividades da Embaixada americana no Panamá. (sic) (MRE, TELEGRAMA nº 273, 1961)

Depois, a mesma nota aventava grave hipótese acerca da invasão da Baía dos Porcos:

Após a derrota de abril, prossegue a nota, os Estados Unidos reativaram os preparativos visando repetir, em maior escala, a agressão a Cuba. Assim, a partir de julho último os exilados contra-revolucionários cubanos têm-se alistado nas Forças Armadas americanas, bem como no Exército regular guatemalteco. (MRE, TELEGRAMA nº 273, 1961)

Por fim, mais ataques estariam sendo armados pelos EUA e aliados latino-americanos:

Simultaneamente, continua, a Agência Central de Inteligência tem desenvolvido planos no sentido de eliminar fisicamente os líderes cubanos e preparar vasta ação de sabotagem. Como parte das manobras, figura, ainda, a criação de um Governo cubano no exílio, o que foi apoiado, publicamente, pelos Governos do Peru e da Guatemala. (sic) (MRE, TELEGRAMA nº 273, 1961)

Dois outros telegramas da embaixada do Brasil em Havana para o Itamaraty trataram igualmente das tensões de Cuba com países da América Latina. Quando a diplomacia colombiana solicitou uma reunião de consulta entre os Chanceleres do continente americano no âmbito da OEA, invocando o artigo 6º do TIAR, que previa a reunião do Órgão de Consulta da Organização no caso de ameaça à independência ou inviolabilidade de qualquer Estado americano, Fidel Castro, ciente de que o pedido colombiano era motivado pelo entendimento daquele país de que Cuba representava ameaça dessa natureza, disse o seguinte:

Em discurso pronunciado ontem, Fidel Castro, ao comentar em tom violento a convocação da Conferência de Chanceleres, declarou que a política cubana nunca foi de romper relações com qualquer país. Manterão relações com Cuba, disse, os Governos da América que tenham vergonha e dignidade e não obedeçam às ordens do Departamento de Estado. (MRE, TELEGRAMA nº 324, 1961)

Naquele momento, Colômbia e Panamá haviam rompido há pouco relações com Cuba. Sobre isso, o telegrama cita Fidel:

“que rompam relações! dois contrabandistas a menos, dois traficantes de dólares a menos e duas residências a mais para estudantes revolucionários. (sic) (MRE, TELEGRAMA nº 324, 1961)

A reunião solicitada pela Colômbia foi posteriormente realizada e o governo cubano foi, naquela ocasião, expulso da OEA e da Junta Interamericana de Defesa, como já expusemos em capítulo anterior. Ainda em 1961, em carta-telegrama de 19 de dezembro daquele ano, portanto pouco mais de um mês antes da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, a embaixada brasileira em Havana informou ao MRE:

Em sua nota, a Embaixada do Panamá participou que o Governo da Guatemala lhe havia solicitado transmitir ao Governo revolucionário que permitiria o estabelecimento, em território guatemalteco, de um governo cubano no exílio, a não ser que “el Doctor Fidel Castro saque de Cuba al coronel Jacobo Arbenz de Guzmán”. O Governo Revolucionário, pela nota que me enviou, comunicou sua decisão de ignorar, completamente, a exigência supra mencionada, que classificou de insólita, ofensiva à dignidade nacional de Cuba e contrária aos princípios básicos das Cartas das Organizações dos Estados Americanos e das Nações Unidas e às normas mais elementares do Direito Internacional. (sic) (MRE, CARTA-TELEGRAMA nº 81, 1961)

Sabemos, então, por meio desse telegrama assinado por Carlos Jacyntho de Barros, que aquele presidente guatemalteco que havia sido golpeado por tentar uma reforma agrária e cuja queda Guevara testemunhou fora recebido por Cuba e tornou-se objeto de chantagem nas relações latino-americanas. Essas contendas entre as forças políticas da América Latina, das quais Cuba participou ativamente, caracterizaram o panorama da região no momento em que a PEI esteve vigente.

O Brasil, já demonstramos, não se furtou a tratar das grandes problemáticas daquele tempo. Tomemos como exemplo o telegrama em que, em 2 de abril de 1962, quase um ano após a invasão da Baía dos Porcos, o presidente João Goulart buscou manifestar-se a respeito do julgamento dos sujeitos envolvidos no plano. Diz ele em mensagem dirigida ao primeiro-ministro Fidel Castro, e ao então presidente cubano da época, Osvaldo Dorticós:

[...] Movido pelos sentimentos de solidariedade humana que unem todos os povos da América, tomo a liberdade de dirigir a Vossas Excelências um apêlo, que é de todo o povo brasileiro, para que a magnanimidade seja o fator decisivo no julgamento das pessoas aprisionadas em Playa Girón, por ocasião da invasão de Cuba, evitando-se assim a aplicação de penalidades drásticas. Estou certo de que Vossas Excelências hão de concorrer para que se proceda no caso com a clemência que sempre caracteriza as atitudes do irmão vencedor para com os irmãos vencidos. O Govêrno revolucionário cubano que Vossas Excelências presidem – e contra o qual se dirigiu o atentado de abril – bem saberá, creio eu, avaliar essas razões e demonstrar, ao mesmo tempo, que seus próprios sentimentos humanitários não diferem dos que anima neste momento os do povo brasileiro e de tôda a América. (sic) (MRE, TELEGRAMA nº 61, 1962)

Percebe-se uma tentativa do presidente brasileiro de aproveitar a posição de seu país nas relações latino-americanas para se fazer ouvir pelo governo cubano, com intuito de expressar uma preocupação humanitária no caso do julgamento da invasão mencionada.

Dos documentos a que tivemos acesso, aquele considerado relevante e com data mais recente é o telegrama nº 139, enviado pelo Itamaraty para a embaixada brasileira em Havana. Ele diz:

Imprensa noticia entrada Cuba cinco mil técnicos militares soviéticos e sete mil peritos-industriais países da Cortina. Noticia igualmente russos estariam estabelecendo uma base para lançamento de projéteis bem como mantendo uma estação para contato com cosmonautas. Agradeceria transmitir as informações que puder obter sôbre o assunto. (sic) (MRE, TELEGRAMA nº 139, 1962)

Cerca de dois meses depois, estoura a Crise dos Mísseis, que veria o mundo entrar em suspense, e marca o ponto mais tenso da revolução cubana no período da PEI no Brasil.

O próprio telegrama é evidência do quanto a política externa brasileira esteve engajada com os principais impasses das relações interamericanas da época. Todas as



mensagens mostram que, dia a dia, a realidade latino-americana do período assemelhava-se a um mar revolto, e a Política Externa Independente brasileira, profundamente atenta à questão cubana, era levada a cabo cotidianamente, enfrentando cada obstáculo que o complexo cenário da América Latina punha no caminho. Nem sempre logrou sucesso, como quando teve sua proposição de tornar Cuba um Estado neutro ignorada, assim como teve ignorada sua negociação com o governo cubano para resolver a Crise dos Mísseis, que terminou em acordo entre potências que não ouviram nem Cuba. Mesmo assim, é relevante enxergar diretamente a partir de documentos produzidos pela embaixada brasileira em Havana e pelo MRE do Brasil esses grandes episódios que emergiram em nosso trabalho e que foram objeto de estudo ao longo dos capítulos.

## Considerações Finais

Nossa pesquisa teve por objetivo desvendar de que maneira a Política Externa Independente, vigente no Brasil durante as presidências de Jânio Quadros e João Goulart, se posicionou diante do fenômeno da revolução comandada por Fidel Castro em Cuba, vitoriosa em 1959. Para tanto, foram analisados os antecedentes dessa política externa brasileira, suas origens e motivações, expostas no primeiro capítulo da presente monografia. Acreditamos ser possível afirmar, a partir de nossa pesquisa, que a PEI foi, por um lado, uma formulação histórica na realidade brasileira, que remetia a problemas bastante concretos da vida nacional, capazes de fomentar preocupação em governos distintos como os de Getúlio Vargas, JK e Jânio, por exemplo, e, por outro lado, foi uma política corajosa que a administração Quadros teve o mérito de iniciar, sistematizando princípios importantes de uma política exterior soberana sabendo que encontraria resistência, como encontrou.

Lembremos que a revolução cubana já havia triunfado quando Quadros tomou posse (ele viu a Cuba castrista *in loco* durante a eleição, afinal). Isto significa que o ingrediente mais explosivo das relações interamericanas já fora adicionado quando Jânio escolheu defender sem reticências a autodeterminação dos povos, inclusive os que entravam no socialismo. Nossa explanação demonstrou como, recuperando o legado de governos anteriores, a administração de Jânio buscou uma política externa que visasse responder aos desafios econômicos da situação brasileira, ao mesmo tempo em que expressava, no tabuleiro da Guerra Fria, a defesa de alguns princípios fundamentais, não atrelando-se de maneira subserviente a nenhuma das duas grandes potências da época, EUA e URSS.

A revolução cubana, por sua vez, foi tema central de nosso segundo capítulo. Retornamos à época da independência da ilha em relação à colonização espanhola, quando os vínculos econômicos e políticos com os EUA, que participaram do processo de descolonização cubano, se tornaram profundos. A insatisfação da população e de grupos políticos cubanos diante da condição subalterna que seu país havia adquirido frente à potência norte-americana tornar-se-á, com o passar das décadas, insustentável. Isto, somado ao contexto nacional da ditadura de Batista, será causa do surgimento de guerrilhas revolucionárias em Cuba. Aquela que se converteu no Movimento 26 de Julho, comandada pelo jovem advogado Fidel Castro, sairá vitoriosa em 1959.

Em nosso entendimento, a revolução cubana, em que pese as especificidades da ilha em sua relação com os EUA, respondia a uma angústia igual a de outros países latino-

americanos que gostariam de se ver livres de interferências estadunidenses em sua política nacional. Por isso também o temor dos EUA de que outros povos fizessem uso da solução revolucionária para buscar superar seus males na América Latina. Esta rebeldia política, podendo significar uma fuga da influência norte-americana, ou pior, um alinhamento ao bloco inimigo, o do socialismo, seria combatida a todo custo pelos Estados Unidos.

No terceiro capítulo, tratamos de abordar mais diretamente a relação da PEI com a revolução de Fidel. Alguns aspectos fundamentais da posição de Cuba diante do continente americano foram destacados. Em primeiro lugar, o confisco de propriedades estadunidenses e a aproximação com a URSS tornaram o governo de Castro maldito para o Departamento de Estado. As elevadas tensões redundaram numa invasão a Cuba, já há algum tempo esperada, por grupos de exilados com treinamento da CIA. O Brasil, em consonância com os princípios da PEI, condenou absolutamente o uso da força contra o novo governo cubano, defendendo que nada justificava o ataque realizado à Cuba naquele abril de 1961. Não era violando os princípios da autodeterminação dos povos e o da não-intervenção que se devia evitar o comunismo na América Latina. Este seria afastado caso os países da região conseguissem superar seu subdesenvolvimento, o que necessitaria não de incursões violentas preparadas pelos EUA contra território soberano, mas sim de apoio econômico e integração regional.

A Aliança para o Progresso, proposta pela administração Kennedy no âmbito da OEA em Punta del Este, 1961, foi uma resposta a esse anseio latino-americano por desenvolver-se, mas também seria aproveitada para realizar chantagem com os países envolvidos e isolar mais o governo cubano do resto da América Latina, como fica claro em nova reunião feita na mesma cidade no ano seguinte. Antes disso, a condecoração de Che no Brasil mostrará que, apesar de o país haver votado favorável à Aliança, a PEI continuava vigente. As fortes críticas realizadas pela imprensa nacional ao presidente brasileiro, bem como sua renúncia pouco depois da passagem de Che pelo país, dão uma dimensão do quão dramático era o quadro das relações exteriores latino-americanas naquele momento, quando a revolução cubana impactava a grandes nações como Argentina e Brasil.

A despeito disso, o presidente João Goulart, que consegue, com alguma dificuldade, tornar-se o chefe do poder Executivo do país, dará, em sua administração, continuidade à PEI. Isto fica demonstrado em outro episódio fundamental: a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, quando se discutiu a expulsão de Cuba do sistema interamericano. O chanceler San Tiago Dantas expõe a proposta

central do Brasil para equacionar a questão de Cuba: torná-la Estado neutro, sem lado na Guerra Fria. Com isso a ilha não deveria nem sancionada pelos Estados Unidos, nem ter seu governo socialista expulso da OEA, nem associar-se militarmente com a URSS, recebendo armas, tropas, mísseis balísticos etc. Todas essas coisas, porém, aconteceram. Em outubro de 1962, fotografias de aviões U-2 mostraram que Cuba, já com o governo expulso do sistema interamericano, mirava mísseis nucleares para Washington. A perigosíssima crise que se seguiu daí, a Crise dos Mísseis, exigiu tensas negociações de paz, em que o Brasil buscou se envolver para que a melhor saída possível pudesse ser encontrada. As potências, URSS e EUA, resolveram tudo entre si.

Ainda que relevantes soluções elaboradas pelo Brasil para os dilemas que se seguiram a partir da revolução cubana de 1959 e o aumento da temperatura da Guerra Fria na América não tenham sido concretizadas – como a neutralização do Estado cubano, por exemplo –, consideramos relevante o fato de o país haver marcado firme posição em muitos momentos decisivos. O Brasil, com a PEI, esteve profundamente atento à questão cubana, e tanto os governos de Jânio Quadros quanto de João Goulart mantiveram-se informados do que se passava na ilha caribenha, procurando, quando possível, utilizar a influência brasileira para defender a paz e a soberania na América Latina, estando ambas ameaçadas no tenso contexto em que se encontrava a região.

No capítulo quarto, comunicações da embaixada brasileira em Havana para o Brasil, bem como mensagens do Ministério das Relações Exteriores para a embaixada, demonstram que o país observava cuidadosamente alguns movimentos do governo cubano, como a expropriação de petrolíferas norte-americanas, a estatização do sistema educacional, a proclamação, por Fidel Castro, do caráter socialista do Estado cubano, o julgamento dos envolvidos na invasão da Baía dos Porcos etc. Todos esses aspectos interessavam ao Brasil, dentre outros motivos, porque reverberavam nas relações exteriores do continente americano. A nacionalização do petróleo, por exemplo, evidentemente trouxe um embate com os EUA. O fato de Cuba declarar-se um Estado socialista gerou, por sua vez, complicações ainda maiores do que as que já haviam para a ilha no contexto interamericano, e a expulsão de seu governo da OEA terá, dentre outras, também essa motivação.

Dessa forma, nossa pesquisa conclui que a PEI, vigente num período absolutamente complicado das relações exteriores interamericanas, foi ousada expressão de soberania brasileira, não encontrando terreno fácil. Os princípios defendidos pela PEI

estavam em sintonia com a necessidade de o Brasil expandir seu comércio, não distinguindo entre países de tal ou qual bloco de poder.

Quando, por meio de uma revolução, um país pequeno afronta a ordem do sistema interamericano, desejando também, como o Brasil, ganhar autonomia, mas o fazendo por meio de intervenções de força, a reação contrária, especialmente dos EUA, é muito enérgica. Todo o jogo das relações latino-americanas é transformado pelo impacto da revolução cubana. É exatamente esse conturbado contexto que a PEI encontrará desde seu início, e aqueles atores que estiveram envolvidos na operação dessa política externa desafiaram vento desfavorável muitas vezes.

A condenação de intervenção externa contra Cuba, bem como a defesa de sua neutralização ao invés da expulsão de seu governo da OEA, foram importantes iniciativas que buscaram, mesmo que sem sucesso, apaziguar as relações dos países do continente. A procura por uma solução razoável para alguns problemas centrais, como o apoio de Cuba a guerrilhas em outros países latino-americanos, bem como o recebimento de mísseis soviéticos pela ilha, mostraram que o Brasil almejou protagonismo nas relações interamericanas, e a incansável tentativa de restabelecer harmonia se chocou com um mundo dividido, contra o qual o Brasil não era potente o suficiente para fazer com que as suas soluções fossem as preferidas.

Pelo contrário, no próprio âmbito interno, as pressões motivadas também pela política exterior dos governos Jânio e Jango afugentaram os dois, que não cumpriram seus mandatos até o fim. A PEI, da mesma forma, também não havia cumprido com a superação do subdesenvolvimento ou visto despontar um entendimento comum entre os países do continente americano quando foi abruptamente encerrada após o golpe de 1964.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Periódicos<sup>22</sup>

Correio da Manhã [1901-1974]

Jornal do Brasil [1891-?]

O Estado de São Paulo [1875-?]

O Cruzeiro [1928-1975]

Revista Brasiliense [1955-1964]

### Fontes da web

Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.an.gov.br>>. Acesso em: jan. 2023.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc>>. Acesso em: jan. 2023.

Encyclopedia Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com>>. Acesso em: jan. 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: jan. 2023.

Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br>>. Acesso em: jan. 2023.

Library of Congress. Disponível em: <<https://www.loc.gov>>. Acesso em: fev. 2023.

National Archives. Disponível em: <<https://www.archives.gov>>. Acesso em: out. 2022.

Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: jan. 2023.

Senado Notícias. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br>>. Acesso em: fev. 2023.

The Big Apple. Disponível em: <<https://www.barrypopik.com>>. Acesso em: fev. 2023.

### Documentos

BRASIL/MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, doravante MRE - CARTA-TELEGRAMA nº 52, **Declaração do Primeiro Ministro Dr. Fidel Castro a jornalistas norte-americanos.**, da embaixada do Brasil em Havana, 27 de junho de 1961. CTs-Recebidos – 1959-61-62 – livro nº 01431.

---

<sup>22</sup> Os exemplares dos periódicos *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Cruzeiro* e *Revista Brasiliense* foram acessados pelo portal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em fev. 2023. Os exemplares de *O Estado de São Paulo* foram acessados pelo portal do acervo do periódico. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>, acesso em fev. 2023.

BRASIL/MRE - CARTA-TELEGRAMA nº 77, **urgente - Refinação de petróleo soviético. Intervenção nas refinarias estrangeiras estabelecidas em Cuba.**, da embaixada do Brasil em Havana, 1 de julho de 1960. CTs-Recebidos – 1959-61-62 – livro nº 01431.

BRASIL/MRE - CARTA-TELEGRAMA nº 81, **Ultimatum do Govêrno da Guatemala ao Govêrno Revolucionário de Cuba.**, da embaixada do Brasil em Havana, 19 de dezembro de 1961. CTs-Recebidos – 1959-61-62 – livro nº 01431.

BRASIL/MRE CARTA-TELEGRAMA nº 95, **reservado - Política petrolífera da URSS.**, da embaixada do Brasil em Havana, 22 de julho de 1960. CTs-Recebidos – 1959-61-62 – livro nº 01431.

BRASIL/MRE - OFÍCIO nº 44/900.1, **Discurso do Primeiro Ministro Fidel Castro. Remessa do texto.**, da embaixada do Brasil em Havana, 16 de março de 1961. Ofícios-Recebidos – Janeiro-Junho 1961 – livro 01416.

BRASIL/MRE -TELEGRAMA nº 121, **Entrevista do Presidente da República com o Senhor Guevara.**, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil, 21 de agosto de 1961. Ts-Minutas – 1961-1962 – livro nº 01429.

BRASIL/MRE -TELEGRAMA nº 139, **Situação de Cuba.**, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil, 29 de agosto de 1962. Ts-Minutas – 1961-1962 – livro nº 01429.

BRASIL/MRE -TELEGRAMA nº 202, **Presença de Guevara na Embaixada. Hostilidade das asiladas cubanas.**, da embaixada do Brasil em Havana, 2 de agosto de 1961. Ts-Recebidos – 1961 – livro nº 01425.

BRASIL/MRE -TELEGRAMA nº 236, **Situação política no Brasil. Entrevista de Fidel Castro.**, da embaixada do Brasil em Havana, 1 de setembro de 1961. Ts-Recebidos – 1961 – livro nº 01425.

BRASIL/MRE -TELEGRAMA nº 247, **Comentários sôbre o Brasil, na imprensa cubana.**, da embaixada do Brasil em Havana, 16/17 de setembro de 1961. Ts-Recebidos – 1961 – livro nº 01425.

BRASIL/MRE - TELEGRAMA nº 324, **Rompimento de relações Cuba-Colômbia. Declarações de Fidel Castro.**, da embaixada do Brasil em Havana, 9/10 de setembro de 1961. Ts-Recebidos – 1961 – livro nº 01425.

BRASIL/MRE - TELEGRAMA nº 37, **Manifestação contra a Embaixada do Brasil**, da embaixada do Brasil em Havana, 2 de março de 1961. Ts-Recebidos – 1961 – livro nº 01425.

BRASIL/MRE - TELEGRAMA nº 54, **Proclamação de Cuba como Estado Socialista.**, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil, 5 de maio de 1961. Ts-Minutas – 1961-1962 – livro nº 01429.

BRASIL/MRE - TELEGRAMA nº 61, **Pedido de clemência para presos cubanos**, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil, 2 de abril de 1962. Ts-Minutas – 1961-1962 – livro nº 01429.

BRASIL/MRE - TELEGRAMA nº 87, **urgentíssimo - Situação política interna de Cuba. Bombardeio aéreo.**, da embaixada do Brasil em Havana, 15 de abril de 1961. Ts-Recebidos – 1961 – livro nº 01425.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS/OEA. **ALIANÇA PARA O PROGRESSO**, Punta del Este, Uruguai, 1961.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS/OEA. **ACTA FINAL – VIII** Reunión. Punta del Este, Uruguai, 1962.

### **Referências bibliográficas**

ALVES, M. M. **Política internacional e campanha antiamericanista na revolução**. Correio da Manhã, p. 10, 9 abr. 1960.

ÁVILA, C. F. D. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962) - um estudo das iniciativas brasileiras. **VARIA HISTORIA**, v. 28, n. 47, p. 361–389, jun. 2012.

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BANDEIRA, M. **De Martí a Fidel**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BETTO, F. **Fidel e a religião: Conversas com frei Betto**. São Paulo: CÍRCULO DO LIVRO S.A., 1985.

CASTRO, F. **A história me absolverá**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERRREIRA, J. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FUENTES, P. J. S. **Cuba na política exterior do Brasil (1959-1964)**. Tese (mestrado)— Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

FRANCHINI NETO, H. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 129–141, 2005.

GAMBINI, R. **O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977.

GUTIERREZ, C. M. Com Fidel Castro na “zona da morte”. **O Cruzeiro**, 3 de maio de 1958.

FRANK, A. G. **Capitalism and underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1967.

KONRAD, D. A.; LAMEIRA, R. F. Campanha da Legalidade, luta de classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, v. 18, n. 33, p. 67-98, 2011.

MANZUR, T. M. P. G. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI): ANTECEDENTES, APOGEU E DECLÍNIO. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 93, p. 169–199, 2014.

MOURA, G. **AUTONOMIA NA DEPENDÊNCIA: A política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: EDITORA NOVA FRONTEIRA, 1980.

MAIA NETO. **Brasil – guerra quente na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. v. 36

NOTAS e informações. **O Estado de São Paulo**. 20 de agosto de 1961.



NOVION, J. DE. **Neoliberalismo e a nova agenda de segurança: apontamentos para um olhar macrorregional das três últimas décadas no continente**. Fórum Universitário Mercosul, 2021.

O ABORTADO levante subversivo em Cuba. **Jornal do Brasil**. 02 de Agosto de 1953.

PIGLIA, R. **O último leitor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PINTO, P. F. A. O significado internacional de Punta del Este. **Revista Brasiliense**, n. 40, abr. 1962.

QUADROS, J. **Nova política externa do Brasil**. In: CADERNOS do CHDD. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2007, , p. 145–155.

QUINTANEIRO, T. **Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964):** uma interpretação sobre a política externa independente. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.

ROMPIMENTO já foi comunicado em Cuba. **Correio da Manhã**. 14 de maio de 1964.

SACHS, I. O cinquentenário do Terceiro Mundo. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 1 de março de 2005.

SILVA, M. A. M. DA. **A ÚLTIMA REVOLUÇÃO: O GOVERNO LEONEL BRIZOLA NO RIO GRANDE DO SUL, 1959-1963**. Tese de Doutorado—Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

SZULC, T.; CASTRO, F. **Fidel: um retrato crítico**. 2. ed. São Paulo, SP: Best Seller, 1987.

TAIBO, P. I. **Ernesto Guevara: también conocido como el Che**. 1. ed.: Planeta Editorial, 1996..

VICTOR, M. **Cinco anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. v. 13

VIZENTINI, P. F. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 24–36, 1994.

WALLERSTEIN, I. **O que era mesmo o Terceiro Mundo?** Le Monde Diplomatique, 1 de agosto de 2000.

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **Lucas Bordin Teles**, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **Brasil e Cuba: A Política Externa Independente e a Revolução de Fidel** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 5 de março de 2023.

Lucas Bordin Teles,  
